

# ***Companhia Providência Indústria e Comércio***

*Informações Trimestrais em  
30 de setembro de 2012 e Relatório  
dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS FUNDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011		30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
<b>Ativo</b>					<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	92.170	70.394	105.495	81.176	Fornecedores (Nota 15)	20.845	20.900	31.346	35.255
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	10.046	3.006	10.046	3.006	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)		4.916		4.916
Contas a receber (Nota 8)	114.648	133.245	148.349	160.877	Empréstimos (Nota 16)	91.879	44.430	126.988	73.572
Estoques (Nota 9)	30.170	38.773	44.833	50.151	Encargos sociais e provisões trabalhistas	8.505	6.816	10.090	8.618
Tributos a recuperar (Nota 10)	30.744	30.697	40.804	42.138	Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 17)	1.773	1.391	4.110	1.711
Partes relacionadas (Nota 27)	14.859	9.486			Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	230	379	362	456
Outros direitos realizáveis	7.380	6.747	12.047	18.333	Dividendos a pagar	7	6	7	6
	<u>300.017</u>	<u>292.348</u>	<u>361.574</u>	<u>355.681</u>	Outras contas a pagar	2.526	5.396	3.187	5.731
						<u>125.765</u>	<u>84.234</u>	<u>176.090</u>	<u>130.265</u>
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo					Empréstimos (Nota 16)	96.118	161.083	428.461	348.435
Contas a receber (Nota 8)	2.022	2.177	4.464	4.526	Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 17)	271	500	271	500
Tributos a recuperar (Nota 10)	21.147	26.690	21.920	27.463	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)			12.485	11.361
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	48.943	62.870	52.397	66.936	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	185	297	195	297
Depósitos judiciais (Nota 17)	41	39	65	44	Provisão para passivo a descoberto (Nota 12)	6.318	7.202		
Depósitos e empréstimos compulsórios	30	29	30	29		<u>102.892</u>	<u>169.082</u>	<u>441.412</u>	<u>360.593</u>
Outros direitos realizáveis	127	127	127	127		<u>228.657</u>	<u>253.316</u>	<u>617.502</u>	<u>490.858</u>
Investimentos (Nota 12)	125.733	120.234			<b>Patrimônio líquido capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora</b>				
Intangível (Nota 13)	8.839	10.217	43.117	44.632	Capital social (Nota 20 (a))	409.003	409.003	409.003	409.003
Imobilizado (Nota 14)	419.578	427.870	831.628	680.705	Reservas de capital (Nota 20(c))	11.666	11.064	11.666	11.064
	<u>626.460</u>	<u>650.253</u>	<u>953.748</u>	<u>824.462</u>	Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 20(i))	160.456	168.597	160.456	168.597
					Reservas de lucros (Nota 20(e))	76.004	101.434	76.004	101.434
					Ações em tesouraria (Nota 20 (d))	(813)	(813)	(813)	(813)
					Lucros acumulados (Nota 20 (f))	41.504		41.504	
						<u>697.820</u>	<u>689.285</u>	<u>697.820</u>	<u>689.285</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>926.477</u>	<u>942.601</u>	<u>1.315.322</u>	<u>1.180.143</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>926.477</u>	<u>942.601</u>	<u>1.315.322</u>	<u>1.180.143</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS NOVE MESES E TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	3T2012	AC2012	3T2011	AC2011	3T2012	AC2012	3T2011	AC2011
Operações continuadas								
Receita (Nota 21)	120.941	337.962	107.443	301.325	166.728	457.197	142.697	384.614
Custo das vendas	(83.366)	(235.124)	(71.791)	(210.025)	(114.349)	(319.023)	(95.726)	(269.337)
Lucro bruto	37.575	102.838	35.652	91.300	52.379	138.174	46.971	115.277
Despesas com vendas (Nota 22)	(8.358)	(23.252)	(9.097)	(26.829)	(9.206)	(25.996)	(9.982)	(29.538)
Despesas administrativas (Nota 22)	(11.631)	(35.196)	(11.179)	(36.155)	(16.347)	(47.203)	(14.331)	(44.398)
Outras receitas (Nota 22)	58	392	815	2.215	67	442	830	2.477
	(19.931)	(58.056)	(19.461)	(60.769)	(25.486)	(72.757)	(23.483)	(71.459)
Lucro operacional	17.644	44.782	16.191	30.531	26.893	65.417	23.488	43.818
Receitas financeiras (Nota 23)	8.869	43.600	23.832	40.500	17.870	53.163	25.411	43.319
Despesas financeiras (Nota 23)	(9.609)	(47.475)	(18.182)	(43.367)	(16.006)	(67.103)	(25.071)	(51.853)
Despesas financeiras, líquidas	(740)	(3.875)	5.650	(2.867)	1.864	(13.940)	340	(8.534)
Participação nos lucros de controladas (Nota 12)	7.770	6.840	1.259	6.744				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.674	47.747	23.100	34.408	28.757	51.477	23.828	35.284
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24)	(5.749)	(13.927)	(7.732)	(9.570)	(9.832)	(17.657)	(8.460)	(10.446)
Lucro do período das operações continuadas	18.925	33.820	15.368	24.838	18.925	33.820	15.368	24.838
Lucro líquido do período	18.925	33.820	15.368	24.838	18.925	33.820	15.368	24.838
Lucro líquido por ação (básico e diluído)								
De operações continuadas (Nota 20)	0,24	0,42	0,19	0,31	0,24	0,42	0,19	0,31

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS NOVE MESES E TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

Em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	3T2012	AC2012	3T2011	AC2011	3T2012	AC2012	3T2011	AC2011
Lucro líquido do período	18.925	33.820	15.368	24.838	18.925	33.820	15.368	24.838
Outros componentes do resultado abrangente								
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	(457)	(658)	(1.187)	(860)	(457)	(658)	(1.187)	(860)
Total do resultado abrangente do período	18.468	33.162	14.181	23.978	18.468	33.162	14.181	23.978

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas do consolidado												
	Capital Social	Custos de emissão	Reservas de capital			Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
			Reserva de ágio	Opção de ações	Total	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva para Investimentos	Total				
Em 01 de janeiro de 2011	422.269	(13.266)	17.404	1.324	18.728	6.013	21.755	68.518	96.286	(6.701)		179.785	697.101
Lucro líquido do período											24.838		24.838
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)												(860)	(860)
Total do resultado abrangente do período											24.838	(860)	23.978
Realização do custo atribuído (Nota 14)											11.642	(11.642)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 11)											(3.958)	3.958	
Total da realização do custo atribuído											7.684	(7.684)	
Contribuições/distribuições aos acionistas:													
Ações em tesouraria (Nota 20)			(6.701)		(6.701)					6.243			(458)
Pagamento baseado em ações (Nota 20)				(1.269)	(1.269)						1.324		55
Destinação do lucro líquido do exercício:													
Dividendos intermediários pagos							(21.755)		(21.755)				(21.755)
Total da realização do custo atribuído			(6.701)	(1.269)	(7.970)		(21.755)		(21.755)	6.243	1.324		(22.158)
Em 30 de setembro de 2011	422.269	(13.266)	10.703	55	10.758	6.013		68.518	74.531	(458)	33.846	171.241	698.921
Em 31 de dezembro de 2011	422.269	(13.266)	10.703	361	11.064	7.486	25.430	68.518	101.434	(813)		168.597	689.285
Lucro líquido do período											33.820		33.820
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)												(457)	(457)
Total do resultado abrangente do período											33.820	(457)	33.363
Realização do custo atribuído (Nota 14)											11.642	(11.642)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 11)											(3.958)	3.958	
Total da realização do custo atribuído											7.684	(7.684)	
Contribuições/distribuições aos acionistas:													
Pagamento baseado em ações (Nota 20)				602	602								602
Destinação do lucro líquido do exercício:													
Dividendos pagos (Nota 20)							(25.430)		(25.430)				(25.430)
Total de contribuições/distribuições aos acionistas				602	602		(25.430)		(25.430)				(24.828)
Em 30 de setembro de 2012	422.269	(13.266)	10.703	963	11.666	7.486		68.518	76.004	(813)	41.504	160.456	697.820

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS NOVE MESES E TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

Em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	3T2012	AC2012	3T2011	AC2011	3T2012	AC2012	3T2011	AC2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais								
Lucro líquido do período	18.925	33.820	15.368	24.838	18.925	33.820	15.368	24.838
Ajustes:								
Depreciação do imobilizado	5.907	17.657	5.848	17.418	8.035	23.746	7.568	21.169
Amortização do intangível	896	2.666	837	2.384	1.007	2.924	902	2.492
Juros e variações monetárias	1.609	4.408	1.083	13.876	(610)	15.322	5.459	18.572
Provisão para pagamento baseado em ações	212	602	55	55	212	602	55	55
Realização de Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.749	13.927	7.732	9.570	8.070	15.663	7.099	8.363
Provisão para passivo a descoberto	(375)	(1.341)	(73)	1.899				
Resultado de equivalência patrimonial	(7.395)	(5.499)	(1.186)	(8.642)				
Perda de valores ativos	(143)	572	(184)	(107)	(353)	789	11	402
	<u>25.385</u>	<u>66.812</u>	<u>29.480</u>	<u>61.291</u>	<u>35.286</u>	<u>92.866</u>	<u>36.462</u>	<u>75.891</u>
Variações nos ativos e passivos:								
(Acréscimo) decréscimo de clientes	(1.744)	17.059	(7.926)	(14.981)	(10.352)	10.607	(15.346)	(30.887)
(Acréscimo) decréscimo de estoques	4.257	8.603	1.746	(5.813)	2.083	5.318	(796)	(14.733)
(Acréscimo) decréscimo de tributos a recuperar	3.546	5.496	(2.224)	16.959	4.609	6.877	(2.271)	16.478
(Acréscimo) decréscimo de outros direitos realizáveis	(1.998)	(636)	(3.333)	1.847	5.864	6.286	(13.350)	(8.166)
Acréscimo (decréscimo) de partes relacionadas	16.999	(3.993)	(9.808)	3.789				
Acréscimo (decréscimo) de fornecedores	(1.592)	(55)	1.642	1.876	(1.548)	(3.909)	(4.233)	15.401
Acréscimo de encargos sociais e provisões trabalhistas	1.388	1.689	561	305	1.486	1.472	1.896	2.184
Acréscimo (decréscimo) de impostos, taxas e contribuições	415	153	(9.288)	(9.288)	3.912	3.680	2.470	3.140
Acréscimo (decréscimo) de outras exigibilidades	(161)	(3.130)	3.248	(1.324)	132	(2.739)	3.632	(874)
	<u>21.110</u>	<u>25.186</u>	<u>(25.382)</u>	<u>(6.630)</u>	<u>6.186</u>	<u>27.592</u>	<u>(27.998)</u>	<u>(17.457)</u>
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:								
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social					(1.510)	(1.510)	(621)	(1.293)
					<u>(1.510)</u>	<u>(1,510)</u>	<u>(621)</u>	<u>(1,293)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	46.495	91.998	4.098	54.661	39.962	118.948	7.843	57.141
Fluxos de caixa das atividades de investimentos								
Aquisição de Imobilizado	(4.440)	(9.391)	(2.646)	(10.237)	(30.959)	(59.250)	(13.591)	(50.132)
Aquisição de Intangível	(310)	(1.288)	(336)	(1.834)	(310)	(1.288)	(336)	(1.834)
Valor residual do permanente baixado	8	26	31	40	8	26	51	60
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(4.742)</u>	<u>(10.653)</u>	<u>(2.951)</u>	<u>(12.031)</u>	<u>(31.261)</u>	<u>(60.512)</u>	<u>(13.876)</u>	<u>(51.906)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos								
Captações de empréstimos e financiamentos			100.000	100.000	51.184	51.184	127.501	150.192
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(4.079)	(24.956)	(4.579)	(25.019)	(11.973)	(44.625)	(16.483)	(42.301)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	(3.142)	(9.185)	(2.385)	(16.317)	(6.039)	(14.532)	(3.884)	(19.661)
Recompra de ações				(458)				(458)
Pagamento de dividendos		(25.428)		(21.754)		(25.428)		(21.754)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(7.221)</u>	<u>(59.569)</u>	<u>92.578</u>	<u>36.452</u>	<u>33.172</u>	<u>(33.401)</u>	<u>106.676</u>	<u>66.018</u>
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa					(113)	(716)	3.487	2.578
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>34.532</u>	<u>21.776</u>	<u>93.725</u>	<u>79.082</u>	<u>41.760</u>	<u>24.319</u>	<u>104.130</u>	<u>73.831</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 6)	92.170	92.170	300.950	300.950	105.495	105.495	322.971	322.971
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 6)	57.638	70.394	207.225	221.868	63.735	81.176	218.841	249.140
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>34.532</u>	<u>21.776</u>	<u>93.725</u>	<u>79.082</u>	<u>41.760</u>	<u>24.319</u>	<u>104.130</u>	<u>73.831</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO P PARA OS NOVE MESES E TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

Em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	3T2012	AC2012	3T2011	AC2011	3T2012	AC2012	3T2011	AC2011
Receitas								
Vendas brutas de produtos	138.543	385.667	123.672	344.785	187.877	512.900	161.397	435.030
Outras receitas	(37)	392	814	2.215	69	442	831	2.477
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	143	(572)	184	107	353	(789)	(11)	(402)
	<u>138.649</u>	<u>385.487</u>	<u>124.670</u>	<u>347.107</u>	<u>188.299</u>	<u>512.553</u>	<u>162.217</u>	<u>437.105</u>
Insumos adquiridos de terceiros								
Custo dos produtos vendidos	(100.315)	(281.150)	(88.015)	(253.480)	(134.401)	(369.775)	(113.760)	(317.950)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.043)	(3.681)	(2.443)	(10.003)	(866)	(2.037)	(1.798)	(8.520)
	<u>(102.358)</u>	<u>(284.831)</u>	<u>(90.458)</u>	<u>(263.483)</u>	<u>(135.267)</u>	<u>(371.812)</u>	<u>(115.558)</u>	<u>(326.470)</u>
Valor adicionado bruto	36.291	100.656	34.212	83.624	53.032	140.741	46.659	110.635
Depreciação e amortização	(6.803)	(20.323)	(6.684)	(19.802)	(9.042)	(26.670)	(8.469)	(23.661)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>29.488</u>	<u>80.333</u>	<u>27.528</u>	<u>63.822</u>	<u>43.990</u>	<u>114.071</u>	<u>38.190</u>	<u>86.974</u>
Valor adicionado recebido em transferência								
Resultado de equivalência patrimonial	7.395	5.499	1.186	8.643				
Provisão para passivo a descoberto	375	1.341	73	(1.899)				
Receitas financeiras	8.869	43.600	23.832	40.500	17.870	53.163	25.411	43.319
	<u>16.639</u>	<u>50.440</u>	<u>25.091</u>	<u>47.244</u>	<u>17.870</u>	<u>53.163</u>	<u>25.411</u>	<u>43.319</u>
Valor adicionado total a distribuir	46.127	130.773	52.619	111.066	61.860	167.234	63.601	130.293
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal	10.916	34.016	11.097	31.696	14.387	43.467	13.459	38.817
Salários e encargos	5.479	16.204	5.326	16.093	8.174	23.330	7.111	21.480
Honorários de diretoria	1.887	5.627	1.675	4.250	1.887	5.627	1.675	4.250
Benefícios	1.531	4.840	1.339	3.628	1.978	5.988	1.605	4.390
Encargos trabalhistas e previdenciários	2.019	7.345	2.757	7.725	2.348	8.522	3.068	8.697
Impostos, taxas e contribuições	6.984	15.601	7.841	10.704	12.236	21.964	9.349	13.600
Impostos federais	6.823	15.196	7.833	9.794	11.255	19.362	8.583	10.720
Impostos estaduais	150	380		891	882	2.331	661	2.689
Impostos municipais	11	25	8	19	99	271	105	191
Remuneração de capitais de terceiros	9.302	47.336	18.313	43.828	16.312	67.983	25.425	53.038
Juros e variações cambiais	9.113	46.719	18.086	43.149	15.865	66.616	24.954	51.584
Aluguéis	189	617	227	679	447	1.367	471	1.454
Remuneração de capitais próprios	18.925	33.820	15.368	24.838	18.925	33.820	15.368	24.838
Lucros retidos	18.925	33.820	15.368	24.838	18.925	33.820	15.368	24.838
Valor adicionado distribuído	<u>46.127</u>	<u>130.773</u>	<u>52.619</u>	<u>111.066</u>	<u>61.860</u>	<u>167.234</u>	<u>63.601</u>	<u>130.293</u>

(\*) A demonstração de valor adicionado consolidada não é parte das informações trimestrais consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Providência Indústria e Comércio (a “Companhia”), com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná e suas controladas tem por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles tecido não-tecido (“*nonwoven*”), resultantes da transformação de polipropileno da marca KAMI.

A Companhia possui duas subsidiárias, uma em Pouso Alegre, Minas Gerais e outra em Statesville, Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Com o objetivo de ampliar sua capacidade produtiva a Companhia recentemente investiu em uma nova máquina na planta de Pouso Alegre, inaugurada no final do segundo trimestre de 2012, e está investindo em uma nova máquina na planta de Statesville com previsão de entrada em produção para o último trimestre de 2012.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 06 de novembro de 2012.

#### Reestruturação societária

- (a) Em 31 de janeiro de 2008, com base no laudo de avaliação contábil emitido por peritos independentes, a controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (“Isofilme”) efetuou incorporação reversa de sua investidora original, a Providência Participações Ltda. A Companhia Providência Indústria e Comércio detinha até a data da incorporação 99,99% das quotas da Providência Participações Ltda., que por sua vez detinha 99,99% das quotas da Isofilme. Em consequência da incorporação, a Isofilme teve seu capital social aumentado em R\$17.534, decorrente da transferência do acervo líquido da Providência Participações Ltda., conforme demonstrado a seguir:

<u>Ativo</u>		<u>Passivo e patrimônio líquido</u>	
		Circulante	
Intangível		Conta mútuo	
Ágio		Companhia Providência	
Isofilme Indústria e		Indústria e Comércio	<u>22.225</u>
Comércio de Plásticos Ltda.	<u>39.759</u>		
		Patrimônio líquido	
		Capital social	<u>17.534</u>
	<u>39.759</u>		<u>39.759</u>

Ainda em função da incorporação, o ágio decorrente da aquisição do controle da Isofilme pela Providência Participações Ltda. está contabilizado em conta específica do ativo intangível no balanço patrimonial da Isofilme. Conforme preconiza a Instrução CVM nº 349 e ofício nº CVM 01/2007, não foi constituída provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente de sua amortização, devido às razões abaixo expostas:

- . Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada a investidora original (Providência Participações Ltda.);
  - . Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica no balanço patrimonial da Companhia por ocasião da incorporação; e,
  - . Os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos.
- (b) Em 08 de agosto de 2008 foi constituída a Providencia USA Inc., localizada em Statesville, Carolina do Norte, Estados Unidos, que atua na fabricação e comercialização do produto tecido não-tecido (“nonwoven”) resultante da transformação de polipropileno. A planta foi inaugurada em 31 de janeiro de 2011 e sua produção atende, principalmente, a clientes anteriores da Companhia e abastece os segmentos de descartáveis higiênicos e médico-hospitalares da América do Norte.

## 2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor e ajustadas com o objetivo de refletir os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período, bem como o “custo atribuído” de terrenos, de edificações e de máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma e de suas controladas. As áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas com as demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC/IFRS com vigência a partir de 2012 que, eventualmente, pudessem causar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

### Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar políticas financeiras e operacionais, cuja participação é de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados ao se avaliar quando a Companhia controla outra entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e, quando aplicável esta consolidação, é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre as empresas, saldos, ganhos e prejuízos não realizados são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia e suas controladas, as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e de suas controladas é a Diretoria Executiva.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que o único produto comercializado pela Companhia e suas controladas é o nãotecido, que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Administração concluiu que a Companhia e suas controladas têm somente um segmento passível de apresentação.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados e usa-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas na moeda R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do consolidado.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do período como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas consolidadas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da controlada localizada nos Estados Unidos utilizam moeda funcional diferente da moeda de apresentação, portanto são convertidos na moeda de apresentação, conforme segue:

- (i) Os saldos dos ativos e passivos apresentados em cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas apresentadas na demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, considera-se que essas médias representam razoável proximidade do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações; e
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

## 2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos a curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante de caixa conhecido.

## 2.6 Ativos financeiros

### 2.6.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como “*hedge*” (um instrumento de proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem “Contas a receber de clientes e demais contas a receber”, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

## 2.6.2 Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado Financeiro” no período em que ocorrem.

Na data do balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou em um grupo de ativos financeiros.

## 2.6.3 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros encontra-se deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Caso o valor da perda por *impairment* em um período subsequente diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## 2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são remensurados ao seu valor justo com as suas devidas variações lançadas contra resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7.

## 2.8 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*) estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado (CDI-Certificado de Depósito Interbancário), a qual em 30 de setembro de 2012 correspondia, em média, a 7,36% a.a. (31 de dezembro de 2011: 10,87% a.a.).

## 2.9 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e custos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

## 2.10 Ativos intangíveis

### (a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade investida, vide maiores informações na Nota 1 (a).

Segundo a deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que os referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, constituiu-se os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente.

O ágio é testado *anualmente* para verificar perdas (*impairment*).

(b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e suas controladas e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

## 2.11 Imobilizado

Terrenos, edifícios e construções, máquinas e equipamentos, instalações industriais, móveis e utensílios, compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, somados ao custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado, os quais são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando-se o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na Nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável caso o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

#### 2.12 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar uma eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

#### 2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa efetiva de juros. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### 2.14 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é considerada provável, com base em seus assessores jurídicos, que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

## 2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem tanto os impostos correntes quanto os diferidos, e são calculadas com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados através das alíquotas de 15% (além dos 10% adicionais, quando aplicável) e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Sendo assim, para dar suporte ao reconhecimento, a Administração elabora em cada exercício um estudo de aproveitamento desses tributos, baseado em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

A partir do segundo trimestre de 2012 o imposto de renda e a contribuição social diferidos passaram a ser apresentados de forma líquida, conforme requerido pelo CPC 32. Conseqüentemente o total do Ativo e Passivo de 31 de dezembro de 2011 apresentados para fins comparativos também estão apresentados de forma líquida.

## 2.17 Benefícios a empregados

### (a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida (Nota 25), cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da empresa cuja contabilização é

registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no Passivo Circulante.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos e determinados empregados um plano de remuneração com base em ações (“*Stock Options*”), devidamente aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 20), segundo o qual a Companhia recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 - Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços são prestados.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração definida.

## 2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

## 2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do consolidado. O reconhecimento é feito quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Portanto, a Companhia e suas controladas adotam como critério de reconhecimento da receita a data em que os produtos são entregues ao comprador.

## 2.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

## 2.21 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às

demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.22 Normas, alterações e respectivas interpretações ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e respectivas interpretações foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- . IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor; (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorrerem; (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado; e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto total dessas alterações. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que, nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma será

aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- . IFRS 11 - "Acordos em Conjunto" foi emitida em maio de 2011. A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés da sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido para controle em conjunto. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades" trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo" foi emitida em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências alinhadas entre IFRS e US GAAP não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia e suas controladas ainda estão avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC ainda não em vigor com o risco de causar impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

### 3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### 3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos seus respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado bem como a seleção de métodos de avaliação requerem um julgamento considerável e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas na Nota 7 não indicam necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(d) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 18. Desta forma, são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e suas controladas acreditam que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual do Paraná e sua controlada Isofilme possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF a Companhia consultou seus assessores jurídicos, os quais emitiram parecer sobre o tema, a partir do qual a Companhia entende não haver passivo a ser registrado.

## 4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

### 4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia (juntamente com as controladas) possui um Comitê de Gestão de Riscos, aprovado pelo Conselho de Administração, que funciona para o seu assessoramento e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle que estabelecem limites de exposição cambial e de juros bem como definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos são apresentadas e avaliadas mensalmente pelo Comitê de Gestão de Riscos e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

Dentre os procedimentos definidos pela política vigente, a Companhia possui rotinas mensais que permitem projetar e avaliar a exposição cambial, já que possui operações e dívida com o mercado externo e está exposta a esses riscos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de câmbio e taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. O endividamento está indexado em 30% com base na moeda local e a taxas variáveis e fixas sendo que os 70% restantes estão indexados à LIBOR (*London Interbank Offered Rate*) e SIFMA (*Securities Industry and Financial Markets Association*). Parte significativa das receitas (29%) advém das exportações e está igualmente exposta a variações na taxa de câmbio.

Parte do endividamento está indexada ao CDI, portanto sujeita a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC).

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados aos valores de custo histórico, os quais se aproximam dos valores justos, e a tabela a seguir demonstra a exposição cambial da Companhia.

	Consolidado			
	30 de setembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil
Ativo:				
Contas a receber	69.450	34.202	76.505	40.785
Passivo:				
Fornecedores	(3.172)	(1.562)	(14.674)	(7.823)
Empréstimos e financiamentos	<u>(491.944)</u>	<u>(242.265)</u>	<u>(346.199)</u>	<u>(184.561)</u>
Posições passivas	<u>(495.116)</u>	<u>(243.827)</u>	<u>(360.873)</u>	<u>(192.384)</u>
Total exposto	<u>(425.666)</u>	<u>(209.625)</u>	<u>(284.368)</u>	<u>(151.599)</u>

A Companhia possui investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, principalmente, através de empréstimos na mesma moeda desses investimentos.

**Sensibilidade à taxa de câmbio** - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do dólar para cada instrumento financeiro exposto:

	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas	Dólar	1,0000	1,5000	2,0000	2,5000	3,0000
Contas a receber	Dólar	(35.248)	(18.147)	(1.047)	16.054	33.156
Empréstimos e financiamentos	Dólar	249.679	128.547	7.414	(113.719)	(234.851)
Fornecedores	Dólar	1.610	829	48	(733)	(1.514)
Ganho (perda)		<u>216.041</u>	<u>111.229</u>	<u>6.415</u>	<u>(98.398)</u>	<u>(203.209)</u>

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial em 30 de setembro de 2012 estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

**Sensibilidade à taxa de juros** – Apresenta-se no quadro a seguir os impactos dos juros no resultado de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável dos indexadores (CDI/LIBOR6) no período de 12 meses:

	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas do indexador	CDI/Selic	3,75%	5,63%	7,50%	9,38%	11,25%
Taxas do indexador	LIBOR6	0,32%	0,48%	0,64%	0,80%	0,95%
Aplicações financeiras	CDI/Selic	3.537	5.352	7.197	9.075	10.985
Empréstimos e financiamentos	CDI/Selic	(265)	(397)	(529)	(661)	(794)
Empréstimos e financiamentos	LIBOR6	<u>(10.127)</u>	<u>(10.954)</u>	<u>(11.602)</u>	<u>(12.196)</u>	<u>(12.817)</u>
Perda		<u>(6.855)</u>	<u>(5.999)</u>	<u>(4.934)</u>	<u>(3.782)</u>	<u>(2.626)</u>

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor *notional* dos instrumentos derivativos em aberto em 30 de setembro de 2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que

as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

(ii) Operações com derivativos

A Companhia e suas controladas possuem operações no mercado externo e estão expostas a riscos de mercado provenientes de mudanças nas cotações das moedas estrangeiras e das taxas de juros. A exposição ao risco decorrente de futuros pagamentos em moeda local dos passivos atrelados ao câmbio é protegida, em grande parte, pela carteira de contas a receber de clientes no mercado externo, oriundas das vendas operacionais destinadas à exportação.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas têm como política operar com instrumentos financeiros derivativos atrelados a moedas estrangeiras, basicamente o dólar americano, os quais têm a finalidade de *hedge* (proteção contra possíveis oscilações nas taxas de juros e câmbio), seguindo as orientações estipuladas na Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração e operacionalizada pelo Comitê de Gestão de Riscos.

A Política de Gestão de Riscos de Mercado objetiva basicamente a proteção mínima de 75% do fluxo de caixa de curto prazo, por períodos determinados que variem de 9 a 12 meses, orientando para a realização de operações tradicionais de mercado, como por exemplo, NDF's, opções e mercado futuro de dólar via BM&F entre outras, estipulando limites por tipo de operação e contraparte.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada possível de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco:

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

Operação	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Swap CDI x US\$	Alta do US\$	3.273	1.758	242	(1.274)	(2.790)
Swap US\$ x CDI	Alta do CDI	(33.816)	(22.363)	2.333	27.026	39.161
Swap LIBOR flut. x fixa	Baixa da LIBOR	(673)	(644)	(605)	(598)	(592)
Termo de moeda (NDF)	Queda do US\$	(12.860)	(5.821)	1.218	8.257	15.297
Perda/ganho		<u>(44.076)</u>	<u>(27.070)</u>	<u>3.188</u>	<u>33.411</u>	<u>51.076</u>

Para determinação dos valores no quadro de análise de sensibilidade, considerou-se a curva do dólar e de cotações futuras publicadas pela BM&F. Com base nessas taxas aplicaram-se os percentuais de deterioração de acordo com cada cenário, projetados os fluxos até o vencimento das operações e descontados até a data de encerramento do balanço.

Esta análise foi considerada apenas para efeito de atendimento da legislação em vigor, uma vez que a Companhia opera com derivativos apenas para a proteção e eliminação dos efeitos de flutuação das moedas e juros contratados, não possuindo caráter especulativo.

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor *notional* dos instrumentos derivativos em aberto em 30 de setembro de 2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia não possuía contratos de derivativos exóticos em aberto, nem possuía em outros períodos.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada à Política de Crédito instituída na Companhia e ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, limites individuais de posição e garantias exigidas são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda no valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Contas a receber: O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia para este fim. Os limites de créditos são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os valores classificados no **Grupo 1** referem-se a clientes sem inadimplência no passado. Os valores classificados no **Grupo 2** referem-se a clientes com alguma inadimplência no passado, ou seja, aqueles que em algum momento figuraram dentro dos critérios de constituição de provisão para devedores duvidosos.

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber de clientes				
Grupo 1	114.945	133.117	148.681	161.818
Grupo 2	<u>1.725</u>	<u>2.305</u>	<u>4.132</u>	<u>3.585</u>
	<u>116.670</u>	<u>135.422</u>	<u>152.813</u>	<u>165.403</u>

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com a política estabelecida.

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo				
AAA	2.521	2.940	2.548	9.361
AA-			2.721	
A-2	42.459		51.936	
A-3	21.550	57.552	22.650	61.913
B		6.676		6.676
BB	6.925	3.226	6.925	3.226
BB-	6.933		6.933	
BBB	4.501		4.501	
BBB-	<u>7.281</u>		<u>7.281</u>	
	<u>92.170</u>	<u>70.394</u>	<u>105.495</u>	<u>81.176</u>

(c) Risco de liquidez

A previsão de Fluxo de Caixa é realizada nas entidades operacionais do consolidado e consolidada pelo departamento de Finanças. O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia e suas controladas de forma consolidada é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que elas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em instrumentos

de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos do consolidado (Companhia e suas controladas) e os ativos e passivos financeiros derivativos a liquidar pela Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise caso seus vencimentos contratuais sejam essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Em 30 de setembro de 2012						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	92.170					92.170
Instrumentos financeiros derivativos	418	84	(2.203)	6.826	4.921	10.046
Contas a receber de clientes	48.355	65.254	1.039	2.022		116.670
Depósitos judiciais				41		41
	<u>140.943</u>	<u>65.338</u>	<u>(1.164)</u>	<u>8.889</u>	<u>4.921</u>	<u>218.927</u>
Passivo						
Fornecedores	(18.026)	(2.819)				(20.845)
Empréstimos e financiamentos						
- Pós-fixadas		(22.533)	(9.365)			(31.898)
- Pré-fixadas		(1.113)	(67.083)	(109.723)		(177.919)
	<u>(18.026)</u>	<u>(26.465)</u>	<u>(76.448)</u>	<u>(109.723)</u>		<u>(230.662)</u>
	<u>122.917</u>	<u>38.873</u>	<u>(77.612)</u>	<u>(100.834)</u>	<u>4.921</u>	<u>(11.735)</u>
Consolidado						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 30 de setembro de 2012						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	105.495					105.495
Instrumentos financeiros derivativos	418	84	(2.203)	6.826	4.921	10.046
Contas a receber de clientes	65.185	81.286	1.878	4.464		152.813
Depósitos judiciais				65		65
	<u>171.098</u>	<u>81.370</u>	<u>(325)</u>	<u>11.355</u>	<u>4.921</u>	<u>268.419</u>
Passivo						
Fornecedores	(26.421)	(4.925)				(31.346)
Empréstimos e financiamentos						
- Pós-fixadas	(7.473)	(29.328)	(31.254)	(273.376)	(92.842)	(434.273)
- Pré-fixadas	(3)	(1.122)	(67.106)	(109.898)	(18.903)	(197.032)
	<u>(33.897)</u>	<u>(35.375)</u>	<u>(98.360)</u>	<u>(383.274)</u>	<u>(111.745)</u>	<u>(662.651)</u>
	<u>137.201</u>	<u>45.995</u>	<u>(98.685)</u>	<u>(371.919)</u>	<u>(106.824)</u>	<u>(394.232)</u>

Os instrumentos derivativos são administrados com base no valor justo líquido. Os instrumentos derivativos pelo valor líquido compreendem os contratos de *Swap* de taxa de juros, *Non Deliverable Forward* e Opções de compra de dólar

utilizados pela Companhia e suas controladas para administrar o perfil da taxa de juros do consolidado.

#### 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas, garantia às demais partes interessadas e para manter uma adequada estrutura de capital.

A administração do capital é monitorada, entre outros indicadores, por meio do índice de dívida/capitalização, cuja meta é manter uma razão menor ou igual a 0,65. Em 30 de setembro de 2012 essa relação apresentou o resultado de 0,44 (0,38 em 31 de dezembro de 2011), demonstrando que a estrutura de capital da Companhia está sendo mantida dentro dos limites estabelecidos.

#### 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado e disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares conforme demonstrado na Nota 16.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo-se a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (item não é aplicado à Companhia em 30 de setembro de 2012);

Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e,

Nível 3 - técnicas que usam dados com efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado (item não aplicado à Companhia em 30 de setembro de 2012).

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa				
Valor justo através do resultado	92.170	70.394	105.495	81.176
	<u>92.170</u>	<u>70.394</u>	<u>105.495</u>	<u>81.176</u>
Ativos financeiros derivativos				
Instrumentos derivativos	10.046	3.006	10.046	3.006
	<u>10.046</u>	<u>3.006</u>	<u>10.046</u>	<u>3.006</u>
Total do ativo circulante	102.216	73.400	115.541	84.182

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Passivo circulante				
Passivos financeiros derivativos				
Instrumentos derivativos		4.916		4.916
Total do passivo circulante		<u>4.916</u>		<u>4.916</u>

Não houve transferência de ativos ou passivos entre níveis de hierarquia de valor justo para os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro 2011.

## 5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa e equivalentes de caixa	92.170	70.394	105.495	81.176
	<u>92.170</u>	<u>70.394</u>	<u>105.495</u>	<u>81.176</u>
Ativos financeiros				
Recebíveis:				
Contas a receber de clientes	116.670	135.422	152.813	165.403
Depósitos judiciais	41	39	65	44
	<u>116.711</u>	<u>135.461</u>	<u>152.878</u>	<u>165.447</u>

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos	10.046	3.006	10.046	3.006
	<u>10.046</u>	<u>3.006</u>	<u>10.046</u>	<u>3.006</u>
Total do ativo circulante	<u>218.927</u>	<u>208.861</u>	<u>268.419</u>	<u>249.629</u>
Passivos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	20.845	20.900	31.346	35.255
Empréstimos e financiamentos	187.997	205.513	555.449	422.007
	<u>208.842</u>	<u>226.413</u>	<u>586.795</u>	<u>457.262</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos		4.916		4.916
		<u>4.916</u>		<u>4.916</u>
Total do passivo circulante	<u>208.842</u>	<u>231.329</u>	<u>586.795</u>	<u>462.178</u>

## 6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Companhia e suas controladas. O saldo dessa conta no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Recursos em bancos e em caixa	1.501	2.940	12.785	9.361
Fundos de investimentos financeiros de curto prazo	90.669	67.454	92.710	71.815
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>92.170</u>	<u>70.394</u>	<u>105.495</u>	<u>81.176</u>

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por fundos de investimento financeiro, cujas carteiras são basicamente compostas por aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e certificados de depósito bancário, remuneradas a 102,0% (2011 - 102,3%), em média, da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI - e possuem liquidez imediata. A Companhia e suas controladas não possuem aplicações em fundos de investimento exclusivos.

## 7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora e Consolidado			
	30 de setembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swaps de taxa de juros (a)	7.503		40	7.371
Contratos de câmbio a termo (b)	1.127			(2.455)
Contratos de opção de dólar (c)	1.416		2.966	
Parcela circulante	10.046		3.006	4.916

O valor justo das operações com derivativos foi calculado pela Companhia e suas controladas e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do período. Dessa forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações consolidadas, sendo passível de alteração subsequente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente, com relação à variação nas taxas de câmbio.

As operações de derivativos financeiros contratadas pelas empresas consolidadas não demandam margens em garantia, apenas sendo realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas.

## (a) Swap de taxas de juros - CDI x US\$ e LIBOR6 flutuante x pré-fixada

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 30 de setembro de 2012 correspondem a R\$ 145.234 (R\$ 145.886 em 31 de dezembro de 2011).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas (taxas de juros em CDI e LIBOR) decorrentes de empréstimos e financiamentos, a Companhia contratou operações de Swap, negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros e registrados na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

- Bancos Votorantim e BTG Pactual: US\$ 6,7 milhões - posição ativa em CDI + 1,35% ao ano e passiva em US\$ + 5,7% ao ano, com vencimentos semestrais até dezembro de 2012;
- Banco Espírito Santo: US\$ 5,0 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,6% ao ano, com vencimentos semestrais até junho de 2013;
- Banco BTG Pactual: US\$ 3,8 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,78% ao ano, com vencimentos semestrais até junho de 2013;
- Banco Santander: US\$ 3,8 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,88% ao ano, com vencimentos semestrais até junho de 2013; e,
- Banco Itaú: US\$ 52,4 milhões - posição ativa em US\$ + 4,85% ao ano e passiva em CDI + 1,7% ao ano, com vencimentos semestrais até setembro de 2018.

(b) Contratos de câmbio a termo (“Forward”):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 30 de setembro de 2012, totalizam R\$ 28.342 (R\$ 29.441 em 31 de dezembro de 2011).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 30 de setembro de 2012, a Companhia contratou operações de “compra” de moeda a termo (NDF - *Non Deliverable Forward*), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

- Banco Bradesco: US\$ 1,8 milhões - posição comprada dólar, taxa média de realização de R\$ 1,8072, com vencimentos para 16 de novembro de 2012;
- Banco Votorantim: US\$ 2,7 milhões - posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,0068, com vencimentos para 17 de dezembro de 2012 e 15 de abril de 2013;
- Banco Citibank: US\$ 5,2 milhões - posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 1,9285, com vencimento para 15 de janeiro de 2013;
- Banco HSBC: US\$ 1,7 milhão - posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,0810, com vencimento para 15 de fevereiro de 2013;
- Banco Santander: US\$ 1,5 milhão – posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,1071, com vencimento para 15 de maio de 2013; e,
- Banco Itaú BBA: US\$ 1,1 milhão – posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,1175, com vencimento para 17 de junho de 2013.

(c) Contratos de opção de dólar (Call-compra):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de opção de dólar, em aberto em 30 de setembro de 2012, totalizam R\$ 28.342 (R\$ 29.441 em 31 de dezembro de 2011).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 30 de setembro de 2012, a Companhia contratou operações de “opção de compra de moeda” (Call-compra), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

- Banco Santander: US\$ 1,8 milhão - opção (Call-compra) à taxa média de R\$ 1,9373, com vencimentos para 16 de novembro de 2012 e 15 de maio de 2013;
- Banco Votorantim: US\$ 1,7 milhão - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 2,0810, com vencimento para 15 de fevereiro de 2013;
- Banco Itaú: US\$ 6,3 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 2,0160, com vencimentos para 15 de outubro de 2012, 15 de abril de 2013 e 17 de junho de 2013; e,
- Banco Bradesco: US\$ 4,2 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 2,0450, com vencimento para 17 de dezembro de 2012 e 15 de março de 2013.

## 8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber de clientes no mercado interno	53.252	63.567	87.760	92.503
Contas a receber de clientes no mercado externo	66.418	74.283	69.986	77.044
Menos: provisão para devedores duvidosos	(3.000)	(2.428)	(4.933)	(4.144)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>116.670</u>	<u>135.422</u>	<u>152.813</u>	<u>165.403</u>
Parcela no circulante	114.648	133.245	148.349	160.877
Parcela no não circulante	2.022	2.177	4.464	4.526

Em 30 de setembro de 2012, o prazo médio de recebimento das vendas é de 72 dias (97 dias em 31 de dezembro de 2011). A Companhia e suas controladas constituem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber de clientes no mercado interno vencidas há mais de 90 dias. Para as contas a receber de clientes no mercado externo a provisão para créditos de liquidação duvidosa depende da análise da situação financeira atual de cada devedor.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
A vencer	109.038	129.590	142.680	156.163
Vencidos até 60 dias	5.323	3.559	7.900	6.519
Vencidos entre 61 e 90 dias	278	318	317	433
Vencidos há mais de 90 dias	5.031	4.383	6.849	6.432
Total	<u>119.670</u>	<u>137.850</u>	<u>157.746</u>	<u>169.547</u>
Provisão para devedores duvidosos	<u>(3.000)</u>	<u>(2.428)</u>	<u>(4.933)</u>	<u>(4.144)</u>
Total	<u><u>116.670</u></u>	<u><u>135.422</u></u>	<u><u>152.813</u></u>	<u><u>165.403</u></u>

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Saldo anterior	(2.428)	(2.535)	(4.144)	(3.627)
Provisão para devedores duvidosos	(826)	(1.771)	(1.268)	(3.021)
Valores não usados, estornados	254	1.878	479	2.504
Saldo final	<u>(3.000)</u>	<u>(2.428)</u>	<u>(4.933)</u>	<u>(4.144)</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do período como “Despesas comerciais”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

## 9 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Matérias-primas	2.799	4.568	5.110	6.120
Matérias-primas auxiliares	7.591	8.088	8.559	9.171
Produtos em elaboração	845	1.147	1.995	2.219
Produtos acabados	11.972	18.466	18.678	23.090
Material de almoxarifado	6.837	6.256	10.352	9.277
Mercadorias em trânsito	126	248	139	274
<b>Total</b>	<b>30.170</b>	<b>38.773</b>	<b>44.833</b>	<b>50.151</b>

## 10 TRIBUTOS A RECUPERAR

	30 de setembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
<b>Controladora</b>				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	10.247	3.677	12.960	3.584
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	361		3.192	
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS	5.361	15.297	2.736	16.661
Programa de Integração Social - PIS	1.190	1.495	493	1.849
Antecipações de IR e CS	7.964	81	100	198
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.621	597	11.216	4.398
	<b>30.744</b>	<b>21.147</b>	<b>30.697</b>	<b>26.690</b>
<b>Controladas</b>				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	10	116	31	117
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	2.509		2.142	
Contribuição para fins da Seguridade social - COFINS	5.588	180	7.014	179
Programa de Integração Social - PIS	1.262	41	1.573	41
Antecipações de IR e CS				
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	691	436	681	436
	<b>10.060</b>	<b>773</b>	<b>11.441</b>	<b>773</b>
<b>Consolidado</b>	<b>40.804</b>	<b>21.920</b>	<b>42.138</b>	<b>27.463</b>

Os créditos de ICMS de curto prazo são decorrentes das vendas para o mercado externo, sendo possível a sua compensação através de pedido de restituição junto à repartição da receita estadual.

Os créditos de ICMS de longo prazo são recuperáveis através da negociação com empresas interessadas ou através da compensação com a fatura de energia elétrica.

De acordo com a legislação fiscal a Companhia diferiu o pagamento do ICMS sobre os bens adquiridos através de importações, substancialmente maquinário. Dessa forma, os créditos sobre estas operações, cujos pagamentos se darão em longo prazo (superior a 12 meses), foram registrados no ativo não circulante e o correspondente imposto a pagar (Nota 17) em conta específica no passivo não circulante.

Os créditos de PIS/COFINS nas controladas, referem-se aos tributos pagos no processo de importação da nova máquina da controlada Isofilme, cujo aproveitamento será feito em oito meses via transferência para a conta gráfica.

## 11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS

A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 30 de junho de 2011.

Os saldos acumulados de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são como segue:

	Controladora	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativo		
Controladora		
Imposto de Renda (IR)		
Prejuízos fiscais acumulados	201.910	196.594
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(241.054)	(252.579)
Diferenças temporárias*	(53.740)	(37.670)
	<u>(92.884)</u>	<u>(93.655)</u>
Alíquota de IR	25%	25%
Crédito de IR diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(23.221)	(23.414)
Crédito de IR diferido sobre ágio na incorporação reversa	59.114	69.547
Total de crédito de imposto de renda	<u>35.893</u>	<u>46.133</u>
Contribuição social		
Bases negativas acumuladas	201.910	196.594
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(241.054)	(252.579)
Diferenças temporárias*	(52.312)	(36.238)
	<u>(91.456)</u>	<u>(92.223)</u>
Alíquota de CS	9%	9%
Crédito de CS diferido sobre bases negativas e diferenças temporárias	(8.231)	(8.300)
Crédito de CS diferido sobre ágio na incorporação reversa	21.281	25.037
Total de crédito contribuição social	<u>13.050</u>	<u>16.737</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo líquido	<u>48.943</u>	<u>62.870</u>

\*O saldo das diferenças temporárias é composto basicamente por: provisão para devedores duvidosos, provisão para participações nos resultados e variações cambiais por regime de competência.

	Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativo		
Controlada		
Imposto de Renda Providencia USA Inc.		
Prejuízo fiscal acumulado	7.661	8.900
Imposto Federal (alíquota de 32%)	2.451	2.848
Imposto Estadual - Carolina do Norte (alíquota de 7%)	536	623
Ganho cambial em conversão de moeda estrangeira	467	595
Total de imposto de renda diferido ativo	<u>3.454</u>	<u>4.066</u>
Consolidado	<u>52.397</u>	<u>66.936</u>

Composição por ano de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Até setembro de 2013	5.567	7.151	6.703	8.563
De outubro de 2013 até setembro de 2014	8.385	10.772	9.230	11.791
De outubro de 2014 até setembro de 2015	8.434	10.833	8.788	11.227
De outubro de 2015 até setembro de 2016	8.560	10.996	8.920	11.396
De outubro de 2016 até setembro de 2017	8.647	11.107	9.011	11.511
De outubro de 2017 até 2021	9.350	12.011	9.745	12.448
	<u>48.943</u>	<u>62.870</u>	<u>52.397</u>	<u>66.936</u>

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente e leva-se em consideração a realização provável desses tributos com base em projeções de resultados futuros, fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações e que foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Em fevereiro de 2007 a Companhia incorporou a Alnilan S.A., empresa “veículo” utilizada na aquisição da Companhia Providência Indústria e Comércio, a qual possuía em seus registros ágio decorrente dessa aquisição. Visando preservar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e minoritários, de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/2001, quando da abertura de capital, em julho de 2007, a Companhia registrou provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido. O ágio e a provisão foram amortizados linearmente à taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008.

Em função das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009, os valores do ágio gerado na incorporação e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido deixaram de ser amortizados de forma sistemática. Sendo assim, o valor correspondente ao benefício fiscal de IR e CS diferidos sobre sua futura amortização fiscal foi classificado como IR e CS diferido ativo.

## 12 INVESTIMENTOS

### (a) Investimentos em controladas

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia detém 96.246.205 do total de 96.246.206 quotas do capital social da Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., empresa que tem como objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles o não tecido (“*nonwoven*”), resultantes da transformação de polipropileno.

Em 8 de agosto de 2008 foi constituída a controlada direta Providencia USA Inc., domiciliada em Statesville, estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América, cujo objeto social é a produção e comercialização de não tecido (“*nonwoven*”). Em 30 de setembro de 2012, a Companhia detém a totalidade das ações do capital social compreendido por 1.000 ações.

Nome	País	Patrimônio líquido na investida	Resultado do período	Participação%	Participação em:	
					30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Isofilme Ltda.	Brasil	125.733	5.499	99,99	125.733	120.234
Providencia USA Inc.	EUA	(6.318)	1.341	100,00		
			<u>6.840</u>		<u>125.733</u>	<u>120.234</u>

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas diretas:

30 de setembro de 2012	Ativo	Passivo	Receita	Lucro
Isofilme Ltda.	246.865	(121.132)	59.256	5.499
Providencia USA Inc.	283.367	(289.685)	59.978	1.341
31 de dezembro de 2011	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Isofilme Ltda.	168.244	(48.009)	78.036	10.892
Providencia USA Inc.	199.020	(206.222)	50.149	(1.614)

(b) Controlada com passivo a descoberto

Com relação à controlada, que apresenta passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), foi constituída a respectiva provisão conforme apresentada no passivo não circulante no balanço patrimonial da controladora sob a rubrica “Provisão para passivo a descoberto” e computada da seguinte forma:

	Controlada		Controladora	
	Passivo a descoberto		Provisão para passivo a descoberto	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Providencia USA Inc.	(6.318)	(7.202)	(6.318)	(7.202)

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia registrou receita de equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.341 no resultado (despesa de R\$ 1.614 em 31 de dezembro de 2011) e registrou perda decorrente de variação cambial sobre investimento no exterior de R\$ 457, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido (vide Nota “d” a seguir).

(c) Movimentação dos investimentos

	Controladora
	Isofilme
Investimentos	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	120.234
Equivalência patrimonial	5.499
Saldos em 30 de setembro de 2012	125.733

(d) Movimentação do investimento com passivo a descoberto

	Controladora
	Providencia USA Inc.
Passivo a descoberto	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(7.202)
Ajustes acumulados de conversão	(457)
Equivalência patrimonial	1.341
Saldos em 30 de setembro de 2012	(6.318)

Os ajustes resultantes do processo de conversão das demonstrações financeiras da Providencia USA Inc., originalmente preparados em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) e convertidos para o Real, foram registrados como ajuste acumulado de conversão na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido.

### 13 INTANGÍVEL

(a) Composição

	Controladora				
	Custo corrigido	Amortização acumulada	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	*Taxa de amortização (%)
			Líquido	Líquido	
Softwares	18.507	(9.668)	8.839	10.217	20%
	<u>18.507</u>	<u>(9.668)</u>	<u>8.839</u>	<u>10.217</u>	

\* média ponderada

	Consolidado				
	Custo corrigido	Amortização acumulada	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	*Taxa de depreciação (%)
			Líquido	Líquido	
Softwares	20.139	(10.155)	9.984	11.499	20%
Ágio	39.759	(6.626)	33.133	33.133	
	<u>59.898</u>	<u>(16.781)</u>	<u>43.117</u>	<u>44.632</u>	

\* média ponderada

(b) Movimentação do ativo intangível

	Controladora					Valor líquido
	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012				
	Valor líquido	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	
Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	10.217	1.288	(2.666)			8.839
	<u>10.217</u>	<u>1.288</u>	<u>(2.666)</u>			<u>8.839</u>
	Consolidado					Valor líquido
	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012				
	Valor líquido	Adições	Amortização	Baixas	Variação cambial	
Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	11.499	1.288	(2.924)		121	9.984
Ágio	33.133					33.133
	<u>44.632</u>	<u>1.288</u>	<u>(2.924)</u>		<u>121</u>	<u>43.117</u>

Em janeiro de 2008, a Controladora direta Providência Participações Ltda. foi incorporada pela sua controlada (incorporação reversa) Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (“Isofilme”). O ágio que a Providência Participações Ltda. possuía em seus registros, decorrente da aquisição da Isofilme, vinha sendo amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano, com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por empresa especializada que utilizou taxa de desconto real de 9,6% a.a. A partir de 1º de janeiro de 2009, o referido ágio deixou de ser amortizado contabilmente de forma sistemática ao resultado, estando somente sujeito à análise do valor de recuperação nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ainda em decorrência da incorporação reversa, o ágio está registrado em conta específica no ativo intangível da Isofilme e não está sujeito à provisão para a integridade do patrimônio líquido prevista na instrução CVM nº 349, devido às razões abaixo expostas:

- Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada pela controlada a investidora original e os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos;
- Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Tendo em vista a Companhia ter optado pelo Regime Tributário de Transição introduzido pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, o ágio descrito acima continuou a ser amortizado fiscalmente para fins de apuração da provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo que os ajustes de amortização estão sendo controlados em livros auxiliares, tendo os reflexos de imposto de renda e contribuição social diferidos sido refletidos no resultado.

O ágio no montante de R\$ 33.133 está fundamentado em expectativa de resultado futuro e é anualmente submetido ao teste de redução ao valor recuperável (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2011, o teste não revelou a necessidade de ajustes ao valor do ágio, sendo que, para setembro de 2012, não ocorreram fatos que mudaram significativamente as premissas utilizadas em dezembro de 2011. As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros foram baseadas na análise da sua performance dos últimos anos, na análise e expectativas de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da Administração. Os valores projetados foram apresentados em termos reais, isto é, não consideram efeitos inflacionários futuros, e os fluxos de caixa operacionais foram projetados para o período de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2021. Em 30 de setembro de 2012 não foram identificados indicadores de *Impairment* para o referido ágio.

Para o cálculo do valor residual, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa do último ano projetado. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados foi de 5,45% a.a., correspondente à taxa do CDI de dezembro de 2011 (10,87%) descontada a inflação anual projetada para 2012 (IPCA) de 5,42% - Fonte: Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

## 14 IMOBILIZADO

## (a) Composição

	Controladora					*Taxa de depreciação (%)
	30 de setembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Depreciação do custo atribuído	Líquido	Líquido	
Terrenos	12.520			12.520	12.520	
Edifícios e construções	94.387	(12.349)	(8.100)	73.938	76.151	3
Máquinas e equipamentos	642.663	(268.023)	(49.364)	325.276	332.196	4
Instalações industriais	6.968	(3.308)	(167)	3.493	3.674	10
Ferramentas e pertences	418	(110)		308	300	10
Hardware	4.120	(3.057)		1.063	1.341	20
Veículos	103	(94)		9	11	20
Móveis e utensílios	3.095	(2.406)		689	801	10
Imobilizações em andamento	2.176			2.176	770	
Outras imobilizações	106			106	106	10
	<u>766.556</u>	<u>(289.347)</u>	<u>(57.631)</u>	<u>419.578</u>	<u>427.870</u>	

\* média ponderada

	Consolidado					*Taxa de depreciação (%)
	30 de setembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Depreciação do custo atribuído	Líquido	Líquido	
Terrenos	15.317			15.317	15.108	
Edifícios e construções	114.462	(13.355)	(8.100)	93.007	94.121	3
Máquinas e equipamentos	847.055	(299.213)	(49.810)	498.032	489.315	4
Instalações industriais	9.524	(4.585)	(302)	4.637	4.976	10
Ferramentas e pertences	1.032	(230)		802	564	10
Hardware	4.555	(3.245)		1.310	1.620	20
Veículos	281	(128)		153	161	20
Móveis e utensílios	3.876	(2.702)		1.174	1.330	10
Imobilizações em andamento	217.090			217.090	73.404	
Outras imobilizações	106			106	106	10
	<u>1.213.298</u>	<u>(323.458)</u>	<u>(58.212)</u>	<u>831.628</u>	<u>680.705</u>	

\* média ponderada

## (c) Movimentação do ativo imobilizado

	Controladora					
	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012				Valor líquido
	Valor líquido	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	
Terrenos	12.520					12.520
Edifícios e construções	76.151	105	(2.318)			73.938
Máquinas e equipamentos	332.196	7.662	(14.567)	(15)		325.276
Instalações industriais	3.674	134	(315)			3.493
Ferramentas e pertences	300	34	(26)			308
Hardware	1.341	34	(308)	(4)		1.063
Veículos	11		(2)			9
Móveis e utensílios	801	16	(121)	(7)		689
Imobilizações em andamento	770	1.406				2.176
Outras imobilizações	106					106
	<u>427.870</u>	<u>9.391</u>	<u>(17.657)</u>	<u>(26)</u>		<u>419.578</u>

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012				Valor líquido
	Valor líquido	Adições	Ganho cambial em conversão de moeda estrangeira	Depreciação	Baixas	
Terrenos	15.108		209			15.317
Edifícios e construções	94.121	105	1.399	(2.734)		93.007
Máquinas e equipamentos	489.315	9.503	9.914	(19.867)	(15)	498.032
Instalações industriais	4.976	143	2	(484)		4.637
Ferramentas e pertences	564	34	23	(80)		802
Hardware	1.620	34	24	(364)	(4)	1.310
Veículos	161		13	(21)		153
Móveis e utensílios	1.330	17	30	(196)	(7)	1.174
Imobilizações em andamento	73.404	151.000	2.245			217.090
Outras imobilizações	106					106
	<u>680.705</u>	<u>160.836</u>	<u>13.859</u>	<u>(23.746)</u>	<u>(26)</u>	<u>831.628</u>

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28), em 1º de janeiro de 2009, a Companhia e suas controladas adotaram o custo atribuído para determinar o valor justo do ativo imobilizado, cujo saldo contábil era substancialmente inferior ao seu valor justo.

A avaliação foi realizada por empresa de engenharia independente especializada em avaliações patrimoniais, de acordo com as normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O ajuste no balanço consolidado em 1º de janeiro de 2009, realizado com base no Laudo de Avaliação e revisado pela Administração, totalizou R\$ 302.157. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 30 de setembro de 2011 foi de R\$ 11.526, para cada período, na controladora e de R\$ 11.642 no consolidado.

A depreciação do período findo em 30 de setembro de 2012, alocada ao custo dos produtos vendidos consolidado, soma R\$ 19.734 (em 30 de setembro de 2011 - R\$ 19.446) sendo que as despesas operacionais somam R\$4.013 (em 30 de setembro de 2011 - R\$ 1.723).

Com objetivo de ampliar sua capacidade produtiva, a Companhia vem realizando investimentos relacionados com a aquisição de novas máquinas nas plantas de Pouso Alegre (12ª máquina, inaugurada em junho de 2012) e de Statesville (13ª máquina, prevista para entrar em operação no 4º trimestre de 2012), de forma que foram efetuados adiantamentos registrados na rubrica “Imobilizações em Andamento”.

A partir do mês de maio de 2011 a fábrica nos Estados Unidos atingiu seus níveis mínimos de produção. Dessa forma, os bens foram transferidos da rubrica “Imobilizações em andamento” e passaram a ser depreciados.

## 15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Fornecedores	20.845	20.900	31.346	35.255
Saldo final	20.845	20.900	31.346	35.255

Em 30 de setembro de 2012, o prazo médio de pagamento das compras é de 24 dias (35 dias em 31 de dezembro de 2011). A Companhia e suas controladas colocam em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

## 16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O valor justo dos empréstimos atuais se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

Controladora					
Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Financiamento máquina de fabricação do tecido não-tecido Máquina Kami 9	LIBOR + (a) 1,25% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2013 Principal: semestrais a partir de 2009 até 2013	231 18.529	296 30.482
Nota de crédito à exportação	(b) 112% do CDI	Real	Juros: semestrais até 2012 Principal: semestrais a partir de 2010 até 2012	451 12.500	375 25.000
EXIM-PSI	(c) 9% a.a.	Real	Juros: trimestrais até 2013 Principal: maio 2013	554 50.000	433 50.000
Pré-pagamento	(d) 4,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2018 Principal: semestrais a partir de 2013 até 2018	58 105.674	1.218 97.709
Total controladora				<u>187.997</u>	<u>205.513</u>
Parcela no circulante				91.879	44.430
Parcela no passivo não circulante				<u>96.118</u>	<u>161.083</u>
				<u>187.997</u>	<u>205.513</u>

- a) O montante de R\$ 18.760, referente ao contrato de pré-pagamento de exportação (financiamento de máquina), está garantido por notas promissórias no montante de US\$ 36,5 milhões, acrescido de juros e ajustado pelo efeito de variação cambial, conforme “*Credit Agreement*” firmado entre as partes.
- b) O montante de R\$ 12.951 refere-se ao contrato em aberto junto ao Banco Bradesco, cujos vencimentos de principal e juros são semestrais e vão até 2012.
- c) Em 28 de Novembro de 2011 a Companhia contratou junto ao Banco Votorantim, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) através do programa “BNDES-Exim” na modalidade “BNDES-Exim Pré-Embarque PSI”, no montante de R\$ 50.000. Os recursos provenientes da operação são utilizados pela empresa na produção e exportação de bens incluídos no Grupo II da Carta Circular nº 31/2007 de 30/07/2007 do BNDES. O vencimento da operação será em 15 de maio de 2013. Os juros são calculados na base de 9% ao ano com pagamentos trimestrais até o vencimento final do principal.

- d) Em 26 de setembro de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de US\$ 52,4 milhões, com 2 anos de carência e vencimentos semestrais até 26 de setembro de 2018. A taxa de juros contratada é de 4,85% ao ano. De modo a proteger essa operação frente às oscilações do dólar, foi contratada uma operação de Swap no mesmo montante, de ponta ativa em US\$ + 4,85% ao ano e ponta passiva de CDI + 1,70% ao ano.

Controladas					
Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Financiamento máquina	LIBOR + (e) 0,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2016	56	18
			Principal: semestrais até 2016	13.291	13.977
	LIBOR + (f) 1,25% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2023	213	73
			Principal: semestrais até 2023	71.531	17.717
Financiamento planta USA	LIBOR + (g) 4,00%	Dólar	Juros: semestrais até 2013	42	276
			Principal: semestral até 2013	10.030	18.758
	LIBOR + (h) 2,45%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	183	50
			Principal: semestral até 2015	20.509	18.946
	LIBOR + (i) 3,91%	Dólar	Juros: semestrais até 2014	37	
			Principal: semestral até 2014	3.807	
	LIBOR + (j) 3,08%	Dólar	Juros: semestrais até 2016	97	246
			Principal: semestral até 2016	16.752	16.882
	LIBOR + (k) 2,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2016	276	179
			Principal: 03/04/2016	10.153	9.379
	(l) SIFMA	Dólar	Juros: mensais até 2030	2	3
			Principal: 2030	17.996	16.422
	LIBOR + (m) 1,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2020	1.006	513
			Principal: semestral até 2020	91.823	89.876
	LIBOR + (n) 1,20%	Dólar	Juros: semestrais até 2022	165	91
			Principal: semestral até	59.003	13.088

Controladas				30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos		
			2022		
	LIBOR + (o) 2,85%	Dólar	Juros: semestrais até 2017 Principal: 29/06/2017	260 40.023	
	LIBOR + (p) 3,05%	Dólar	Juros: semestrais até 2014 Principal: 21/08/2014	44 10.153	
Total controladas				<u>367.452</u>	<u>216.494</u>
Total consolidado				<u>555.449</u>	<u>422.007</u>
Parcela no circulante (consolidado)				126.988	73.572
Parcela no passivo não circulante (consolidado)				<u>428.461</u>	<u>348.435</u>
				<u>555.449</u>	<u>422.007</u>

- e) O montante de R\$ 13.347 refere-se ao contrato de financiamento entre a Isofilme e o banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (kfw), firmado em 27 de julho de 2005, destinado à compra de máquina para a produção de tecido não-tecido (“nonwoven”), com taxa de juros equivalente à variação LIBOR + 0,85% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais até 2016.
- f) O montante de R\$ 71.744 refere-se às parcelas liberadas, do total de EUR 28,7 milhões, contratados pela Isofilme junto ao Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina a ser instalada em Minas Gerais e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,25% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais.
- g) O montante de R\$ 10.072 refere-se ao contrato de financiamento entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, firmado em 19 de setembro de 2008 e destinado à aquisição das máquinas nos Estados Unidos.
- h) Em 16 de novembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas junto ao Banco HSBC, operações no total de US\$ 10,1 milhões para financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações ocorrerá em 24 de abril de 2015 e 25 de novembro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,45% ao ano, em média.
- i) Em 5 de março de 2012, foi contratada junto ao banco HSBC uma operação de US\$ 2,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 26 de agosto de 2014, com pagamento de principal e juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,91% ao ano.

- j) Em 4 de março de 2011 e em 07 de julho de 2011, foram contratadas junto ao Banco Itaú, operações no total de US\$ 9 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações é para 04 de março de 2016 e 10 de junho de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,08% ao ano, em média.
- k) Em 13 de abril de 2011, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 03 de abril de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,5% ao ano.
- l) Em 12 de maio de 2010, houve a captação de US\$ 9,1 milhões para financiamento das edificações da planta nos Estados Unidos. A operação, denominada *Recovery Zone Facility Bonds*, consiste na emissão de títulos públicos americanos, do condado de *Iredell*, administrada por um agente (*Wells Fargo Bank*), e garantida pelo Banco HSBC, cuja remuneração é calculada semanalmente e paga mensalmente de acordo com a taxa SIFMA (*Securities Industry and Financial Markets Association*).
- m) O montante de R\$ 92.829 refere-se às parcelas liberadas, do total de EUR 34,6 milhões, contratados em 12 de fevereiro de 2010 entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã *Euler Hermes Kreditversicherungs AG*. Tais recursos foram destinados ao financiamento da máquina instalada nos Estados Unidos. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,5% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais.
- n) O montante de R\$ 59.168 refere-se à parcela liberada, do total de EUR 28,3 milhões, contratados em 08 de agosto de 2011 entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã *Euler Hermes Kreditversicherungs AG*. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina a ser instalada nos Estados Unidos e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,20% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais.
- o) Em 25 de julho de 2012, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 20 milhões para o financiamento de máquinas e edificações da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 29 de junho de 2017, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,85% ao ano.
- p) Em 16 de agosto de 2012, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 21 de agosto de 2014, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,05% ao ano.

Composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
2013		72.247	11.704	105.126
2014	19.153	17.764	70.445	44.581
2015	19.153	17.764	57.906	43.550
2016	19.153	17.764	59.041	44.681
De 2017 até 2030	38.659	35.544	229.365	110.497
	<u>96.118</u>	<u>161.083</u>	<u>428.461</u>	<u>348.435</u>

Todas as captações destinadas ao financiamento da planta nos Estados Unidos são garantidas pela Companhia. Em 30 de setembro de 2012, os avais garantem os R\$ 282.361 de endividamento da Providencia USA Inc. Além disso, a Companhia possui junto ao Banco HSBC uma carta fiança internacional, visando garantir os US\$ 9,1 milhões relativos à captação do Recovery Zone Facility Bond.

As captações destinadas ao financiamento exclusivo das máquinas possuem penhor mercantil das próprias máquinas pelos saldos remanescentes do financiamento. Em 30 de setembro de 2012, esse montante representa R\$ 237.088, dos quais R\$ 151.997 referem-se à máquina da planta nos Estados Unidos e R\$ 85.091 referem-se à máquina da Isofilme, acrescido de carta fiança bancária no valor de R\$ 17.999.

Os empréstimos nacionais não possuem garantias.

Abreviaturas:

- CDI - Certificado de Depósito Interbancário
- LIBOR - *London Interbank Offered Rate* (Taxa Interbancária de Londres)
- NCE - Notas de Crédito à Exportação
- SIFMA - *Securities Industry and Financial Markets Association* (Associação dos Mercados Financeiros e Valores Mobiliários)

Linhas de crédito:

A Companhia e suas controladas possuem duas linhas de crédito pré-aprovadas junto ao Banco HSBC no montante total de US\$ 82,4 milhões visando o financiamento das duas novas máquinas que estão sendo adquiridas. Esses recursos serão disponibilizados de acordo com o andamento dos projetos de construção dessas máquinas. Para a máquina a ser instalada no Brasil, a taxa de juros a ser contratada será de LIBOR + 1,25% ao ano. Já para a máquina a ser instalada nos Estados Unidos, a taxa de juros a ser contratada será de LIBOR + 1,20% ao ano. Os contratos serão garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG.

Ainda com o objetivo de financiar as obras e instalações e o capital de giro das novas plantas, a Companhia e suas controladas abriram linhas de crédito no montante de US\$

40,9 milhões junto a diversas instituições financeiras, cujas taxas variam de LIBOR + 3,00% até LIBOR + 4,94% ao ano. Esses recursos serão disponibilizados na medida em que identificada a necessidade de suprimento do caixa das plantas que estão recebendo os investimentos.

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos em comparação com os seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Empréstimos e financiamentos	187.997	205.513	195.856	208.051
	<u>187.997</u>	<u>205.513</u>	<u>195.856</u>	<u>208.051</u>
	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Empréstimos e financiamentos	555.449	422.007	553.226	418.294
	<u>555.449</u>	<u>422.007</u>	<u>553.226</u>	<u>418.294</u>

Os empréstimos contratados pela Companhia e suas controladas não possuem cláusulas restritivas (*debt covenants*).

## 17 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30 de setembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora				
ICMS	383	271	597	500
PIS	107		8	
COFINS	476		22	
IRRF	190		382	
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta a recolher	269			
Demais obrigações tributárias	348		382	
	<u>1.773</u>	<u>271</u>	<u>1.391</u>	<u>500</u>
Controladas				
ICMS	93		63	
IRRF	209		145	
IRPJ e CSLL	467		67	
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta a recolher	108			
Imposto sobre propriedade - Statesville	1.388			
Demais obrigações tributárias	72		45	
	<u>2.337</u>		<u>320</u>	
Consolidado	<u>4.110</u>	<u>271</u>	<u>1.711</u>	<u>500</u>

## 18 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos com risco de perda provável.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 30 de setembro de 2012:

	Controladora			
	30 de setembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista (a)	390	41	641	39
Cível (b)	25		35	
Total	<u>415</u>	<u>41</u>	<u>676</u>	<u>39</u>
Circulante	230		379	
Não circulante	185	41	297	39

	Consolidado			
	30 de setembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista (a)	532	42	718	44
Cível (b)	25		35	
Fiscal (c)		23		
<b>Total</b>	<b>557</b>	<b>65</b>	<b>753</b>	<b>44</b>
Circulante	362		456	
Não circulante	195	65	297	44

A movimentação das provisões no período findo em 30 de setembro de 2012 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	676	753
Adições	394	701
Baixas	(655)	(897)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	<b>415</b>	<b>557</b>

(a) Processos de natureza trabalhista

Em geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

(b) Processos de natureza cível

Em geral, os processos de natureza cível envolvem questões usuais e inerentes à nossa atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias, cobranças de créditos, questões relativas à declaração de inexigibilidade de título executivo e sustação de protesto.

(c) Processos de natureza fiscal

Em 30 de setembro de 2012, a controlada Isofilme figura como parte em um processo judicial referente ICMS sobre energia elétrica disponibilizada e não utilizada.

(d) Ações possíveis não provisionadas

A Companhia possui ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, de acordo com a avaliação jurídica, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Trabalhistas	1.090	1.175	1.112	1.250
Cíveis	3.024	3.046	3.054	3.076
	<u>4.114</u>	<u>4.221</u>	<u>4.166</u>	<u>4.326</u>

(e) Antigos controladores

Em 30 de setembro de 2012, os montantes relativos a processos de responsabilidade dos antigos controladores somam R\$ 2.241 na Controladora e no Consolidado (R\$ 2.622 em 31 de dezembro de 2011).

## 19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS PASSIVOS

O montante registrado a título de Impostos diferidos passivos é reconhecido para fazer frente à realização das diferenças temporárias e estão apresentados de forma líquida, conforme previsto no CPC 32. A composição é feita da seguinte forma:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Passivo		
Imposto de Renda (IR)		
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	33.829	30.406
Custo atribuído ao ativo imobilizado	2.893	3.009
	<u>36.722</u>	<u>33.415</u>
Alíquota de IR	25%	25%
Total de débito de imposto de renda	<u>9.181</u>	<u>8.354</u>
Contribuição social		
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	33.829	30.406
Custo atribuído ao ativo imobilizado	2.893	3.009
	<u>36.722</u>	<u>33.415</u>
Alíquota de CS	9%	9%
Total de débito contribuição social	<u>3.304</u>	<u>3.007</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo líquido	<u>12.485</u>	<u>11.361</u>

As diferenças temporárias que dão origem ao IR e CS diferido passivo referem-se, substancialmente, a amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada Isofilme.

## 20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## (a) Capital social

Em 30 de setembro de 2012, o capital social de R\$ 409.003 está representado por 80.041.132 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas conforme quadro a seguir:

Acionistas Controladores e ligados aos Controladores		
FIP ASAS	13.952.203	17,4%
FIP GG (Gov. e Gestão Investimentos Ltda.)	10.074.423	12,6%
FIP Bssf II	9.417.737	11,8%
FIP Brasil Equity II	6.278.492	7,8%
Banco Espírito Santo S.A.	5.861.269	7,3%
Boreal Fundo de Investimentos em Participações*	4.651.081	5,8%
Libra Holding S.A.*	2.508.800	3,1%
Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco S.A.	1.953.757	2,4%
Fundo de Investimentos em Partic. C.A.	1.162.683	1,5%
Fip Ggpar (Gov. e Gestão Investimentos Ltda.)	970.724	1,2%
Boreal Holding S.A.*	361.900	0,5%
Boreal Ações III Fia*	181.900	0,2%
<b>Total Acionistas Controladores e ligados aos Controladores</b>	<b>57.374.969</b>	<b>71,7%</b>
Administradores		
Diretoria	33.509	0,0%
Conselho de Administração	4.006	0,0%
Conselho Fiscal	4.000	0,0%
<b>Total Administradores</b>	<b>41.515</b>	<b>0,0%</b>
Ações em circulação ( <i>free float</i> )		
DVG1 Fundo de Investimento em Ações **	4.500.000	5,6%
Outros	17.975.548	22,5%
<b>Total Ações em circulação (<i>free float</i>)</b>	<b>22.475.548</b>	<b>28,1%</b>
Ações em tesouraria		
Ações em tesouraria	149.100	0,2%
<b>Total Ações em tesouraria</b>	<b>149.100</b>	<b>0,2%</b>
<b>Total Ações</b>	<b>80.041.132</b>	<b>100,0%</b>

\* Acionistas ligados ao Boreal Fundo de Investimentos em Participações

\*\* Através de leilão realizado na BM&FBovespa em 01 de dezembro de 2011, o acionista Décio Vinício Gomes transferiu 4.200.000 (quatro milhões e duzentas mil) ações ordinárias nominativas de sua propriedade para o DVG1 Fundo de Investimento em Ações, representativas de 5,25% do capital social total da Companhia. Em maio de 2012, Décio Vinício Gomes, transferiu o restante das ações em sua propriedade, no total de 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias nominativas, ao mesmo Fundo de Investimento em Ações que como

consequência desta transação passou a deter 5,6% do capital social total da Companhia.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, a mesma está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 4.050.000 (quatro milhões e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária.

b) Opções de compra de ações

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e conforme as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembleia Geral de 11 de maio de 2007 e 10 de setembro de 2010, a Companhia pode outorgar opção de compra ou subscrição de novas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas.

As diretrizes para conceder opção de compra de ações são administradas pelo Conselho de Administração, que pode outorgar opção de compra de ações às pessoas indicadas. A opção de compra de ações a ser oferecida nos termos dessas Diretrizes representará, a qualquer momento, até 3% do total de ações de emissão da Companhia. Os termos e condições, inclusive o preço por ação, dos planos de opção de compra das ações são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no período da opção de compra de ações.

Em 5 de julho de 2007, o Conselho de Administração aprovou um plano de opção de compra de ações, por meio do qual foram concedidas opções de compra de 827.244 ações de emissão da Companhia, correspondentes a aproximadamente 0,9% do capital social, ao preço de R\$ 8,40 por ação. O plano apresentou carência de um ano para o período das opções. Após esse período, cada beneficiário pode exercer sua opção de aquisição de lotes de até 1/3 (um terço) das ações objeto dos planos em cada uma das seguintes datas: 26 de julho de 2008, 26 de julho de 2009, 26 de julho de 2010.

Em 11 de agosto de 2009, o Conselho de Administração aprovou a prorrogação por mais 1 ano, ou seja, até 26 de julho de 2011, para que os beneficiários do Plano pudessem exercer a sua opção de compra de ações objeto desse Plano.

Dessa forma, o prazo para cada beneficiário exercer sua opção de aquisição das ações objeto dos planos venceu em 26 de julho de 2011. Mesmo com a prorrogação do prazo o efeito do valor justo na data da outorga é irrelevante.

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Taxa de juros livre de risco	10,78% a.a.
Prazo total em anos	3
Volatilidade anual esperada	15,09% a.a.
Valor justo da opção na data da outorga	R\$ 1,60

O valor justo do programa de 2007 foi estimado com base no modelo de precificação Garman-Kohlhagen, devido ao objeto da opção gerar uma renda (dividendos) e o preço de período não ser corrigido.

Devido a Companhia não ser uma empresa de capital aberto na data da outorga, sem histórico de volatilidade da ação, foi utilizada a volatilidade histórica de empresa do mesmo segmento.

O referido plano prescreveu em 26 de julho de 2011, sendo que as opções não foram exercidas por nenhum dos beneficiários. Assim, a reserva constituída no patrimônio líquido no montante de R\$ 1.324 mil foi revertida contra lucros acumulados.

Atualmente estão vigentes dois novos planos de opção de compra de ações. Os planos possuem três períodos de carência para o exercício das opções: Após o decurso de 12 meses, o participante passa a ter o direito de adquirir 20% das ações objeto da opção; após o decurso de 24 meses, o participante passa a ter direito de adquirir mais 30% das ações objeto da opção; e, após o decurso de 36 meses o participante passa a ter direito de adquirir os outros 50% das ações objeto da opção. O prazo total de prescrição do plano é de 7 (sete) anos.

O reconhecimento nas demonstrações financeiras começa a ser feito a partir do mês em que os beneficiários assinam os contratos individuais.

A condição para exercer o direito é a permanência na Companhia. Até 30 de setembro de 2012 não houve movimentação na quantidade de opções de ações inicialmente outorgadas.

O quadro abaixo demonstra os detalhes dos planos vigentes:

<u>Data da aprovação</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Preço de exercício</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>% do Capital Social</u>
30/05/2011	829.000	6,10	30/05/2018	1.510	1,04%
25/05/2012	460.000	6,35	25/05/2019	711	0,58%

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

<u>Data da aprovação</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Taxa de juros anual livre de risco</u>	<u>Prazo total em anos</u>	<u>Volatilidade anual esperada</u>	<u>Valor justo da opção na data da outorga</u>
30/05/2011	829.000	12,15%	3	52,86%	1,82
25/05/2012	460.000	8,79%	3	48,56%	1,57

Caso as opções de compra de ações sejam integralmente exercidas pelos seus titulares, os atuais acionistas da Companhia sofrerão uma diluição de participação de 1,58%. Tal diluição foi calculada com base na razão entre (i) o número total de ações objeto dos planos de opção de compra de ações vigentes, e (ii) o número total de ações de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2012, acrescido do número total de ações objeto dos planos de opção de compra de ações, ou seja:

“Diluição em 30/09/2012” =  $1.289.000 / (80.041.132 + 1.289.000) \times 100 = 1,58\%$

Movimentação das opções	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Quantidade inicial	829.000	827.244
Opções outorgadas		829.000
Opções não exercidas		(827.244)
Opções outorgadas	460.000	
Quantidade final	1.289.000	829.000
Preços de exercício - plano aprovado em 05/07/2007	8,40	8,40
Preços de exercício - plano aprovado em 30/05/2011	6,10	6,10
Preços de exercício - plano aprovado em 25/05/2012	6,35	
Data de vencimento - plano aprovado em 05/07/2007	26/07/2011	26/07/2011
Data de vencimento - plano aprovado em 30/05/2011	30/05/2018	30/05/2018
Data de vencimento - plano aprovado em 25/05/2012	25/05/2019	

(c) Reservas de capital

O saldo de reserva de capital de R\$ 11.666 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 11.064 em 31 de dezembro de 2011) é composto pela reserva de ágio na emissão de ações, no montante de R\$ 10.703 (R\$ 10.703 em 31 de dezembro 2011), e pela reserva especial para fazer frente aos compromissos do novo plano de opções de compra de ações, de acordo com a nota 20 (b), cujo saldo totaliza R\$ 963 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 361 em 31 de dezembro 2011).

(d) Ações em tesouraria

Movimentação ações em tesouraria	Valor	Quantidade
Recompra ações referentes ao 1º programa	23.258	3.124.000
Cancelamento de ações	(22.998)	(3.089.245)
Programa <i>Stock Options</i>	(260)	(34.755)
Recompra ações referentes ao 2º programa	2.009	783.000
Saldo em 31 de dezembro de 2008	2.009	783.000
Recompra ações referentes ao 2º programa	4.692	1.659.000
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.701	2.442.000
Cancelamento de ações	(6.701)	(2.442.000)
Recompra ações referentes ao 3º programa	813	149.100
Saldo em 31 de dezembro de 2011	813	149.100
Saldo em 30 de setembro de 2012	813	149.100

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 18 de dezembro de 2007 o primeiro Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia para posterior manutenção em tesouraria ou cancelamento, sem redução do capital social no

máximo de 3.124.000 ações ordinárias, que correspondiam a 10% das ações ordinárias em circulação. A operação, que teve início em janeiro de 2008, foi realizada por meio da corretora UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. Ao longo do Programa, a Companhia recomprou as 3.124.000 ações pelo montante de R\$ 23.258.

Em 30 de outubro de 2008, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o cancelamento de 3.089.245 ações em tesouraria.

Em 12 de novembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o segundo Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia com as mesmas características do primeiro Programa, sendo no máximo de 2.442.000 ações ordinárias, que correspondiam a 10% das ações em circulação. A operação foi realizada por meio das corretoras BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento e/ou Merrill Lynch S.A. CTVM. Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia recomprou 2.442.000 ações pelo montante de R\$ 6.701.

Em reunião realizada em 6 de setembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia Providência aprovou o cancelamento das 2.442.000 (dois milhões e quatrocentos e quarenta e duas mil) ações detidas em Tesouraria, e consequente alteração na divisão do Capital Social da Companhia, que passa a ser representado por 80.041.132 (oitenta milhões, quarenta e uma mil, cento e trinta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 26 de setembro de 2011, a Companhia iniciou seu 3º Programa de Recompra de Ações de própria emissão, o qual se encerrou em 25 de setembro de 2012. Até 30 de setembro de 2012 a Companhia recomprou 149.100 ações, pelo montante de R\$ 813.

(e) Reservas de lucros

	Controladora e consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Reserva legal	7.486	7.486
Reserva para futuros investimentos	68.518	68.518
Reserva para dividendos adicionais propostos		25.430
Total	<u>76.004</u>	<u>101.434</u>

A reserva legal é constituída com 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação até o limite de 20% do capital.

(f) Lucros acumulados

Os lucros acumulados em 30 de setembro de 2012 somam R\$ 41.504, onde R\$ 33.820 são provenientes do lucro líquido do período e R\$ 7.684 dos ajustes relativos a realização da depreciação do custo atribuído aos bens do ativo imobilizado.

(g) Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente os ajustes das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de março de 2012, foi aprovada a distribuição de 100% da base de cálculo dos dividendos ajustada de 2011. Em novembro de 2011 a Companhia pagou R\$ 14.118 em dividendos antecipados. O saldo restante no valor de R\$ 25.430, correspondente a R\$ 0,32 por ação ordinária, foi pago em 25 de maio de 2012.

(h) Lucro por ação básico e diluído

Os resultados por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período, conforme detalhado no quadro abaixo. Não houve movimentação na quantidade de ações emitidas, e o cálculo da quantidade de ações dilutivas efetuado pela Companhia não apresentou resultado relevante a ponto de alterar o lucro por ação. Desta forma, o lucro diluído por ação apresentou diferença irrelevante para divulgação, ou seja, o lucro diluído por ação foi praticamente igual ao lucro básico por ação:

	Básico e diluído	
	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011
Resultado do período	33.820	24.838
Quantidade média ponderada de ações	79.892	80.041
Lucro por ação	0,42	0,31

(i) Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado (a)	161.004	168.688
Ajustes acumulados de conversão (b)	(548)	(91)
Total	160.456	168.597

Os movimentos do período referem-se a:

- (a) Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado: Realização da depreciação líquida de imposto de renda, no valor de R\$ 7.684 no período findo em 30 de setembro de 2012;

- (b) Ajustes acumulados de conversão: Variação cambial do investimento na controlada Providencia USA Inc. (negativo), no valor de R\$ 457.

## 21 RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011
Vendas brutas de produtos	396.638	362.345	526.525	453.335
Devoluções de vendas	(10.971)	(17.560)	(13.625)	(18.305)
Impostos sobre vendas	(47.705)	(43.460)	(55.703)	(50.416)
Receita líquida	<u>337.962</u>	<u>301.325</u>	<u>457.197</u>	<u>384.614</u>

## 22 DESPESAS POR NATUREZA E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011
Custos variáveis e gastos gerais de fabricação	(235.124)	(210.025)	(319.023)	(269.337)
Despesas com vendas				
Logística	(19.564)	(24.284)	(20.873)	(26.452)
Comissões	(1.518)	(1.834)	(1.533)	(1.852)
Outras	(2.170)	(711)	(3.590)	(1.234)
Total despesas com vendas	<u>(23.252)</u>	<u>(26.829)</u>	<u>(25.996)</u>	<u>(29.538)</u>
Despesas administrativas				
Pessoal	(12.232)	(12.672)	(18.972)	(16.086)
Administradores	(5.025)	(4.250)	(5.025)	(4.250)
Despesa de benefícios a empregados	(5.877)	(5.930)	(7.450)	(7.251)
Despesa com <i>utilities</i>	(552)	(561)	(870)	(838)
Serviços prestados	(4.769)	(5.818)	(4.842)	(6.692)
Despesas de viagem	(1.329)	(1.219)	(1.632)	(1.440)
Impostos e taxas	(352)	(1.092)	(696)	(1.273)
Encargos de depreciação e amortização	(3.033)	(2.842)	(4.013)	(3.309)
Outras despesas	(2.027)	(1.771)	(3.703)	(3.259)
Total despesas administrativas	<u>(35.196)</u>	<u>(36.155)</u>	<u>(47.203)</u>	<u>(44.398)</u>
Outras receitas				
Receita de aluguel	937	984	975	984
Reversão de provisões e recuperação de despesas	40	801	69	1.026
Outras	(585)	430	(602)	467
Total outras receitas	<u>392</u>	<u>2.215</u>	<u>442</u>	<u>2.477</u>
Total	<u>(293.180)</u>	<u>(270.794)</u>	<u>(391.780)</u>	<u>(340.796)</u>

## 23 DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

## (a) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011
Juros	915	762	230	871
Varição cambial	31.444	20.823	41.581	22.648
Receitas com operações de derivativos	5.716	710	5.716	710
Rendimentos de aplicações financeiras	4.917	18.245	5.038	19.129
Ajuste a valor presente de recebíveis	(340)	(49)	(370)	(48)
Outros	948	9	968	9
	<u>43.600</u>	<u>40.500</u>	<u>53.163</u>	<u>43.319</u>

As variações nas receitas financeiras observadas no período findo em 30 de setembro de 2012, comparativamente ao mesmo período de 2011, se devem, principalmente, ao efeito da variação cambial sobre os ativos expostos em moeda estrangeira.

As receitas com operações de derivativos referem-se aos resultados com as operações de Swap, Contratos de câmbio a termo e Contratos de opções de dólar.

## (b) Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011
Juros	(10.280)	(22.228)	(10.678)	(27.271)
Varição cambial	(28.433)	(17.470)	(43.101)	(23.351)
Despesas com operação de derivativos	(5.264)	(1.728)	(5.314)	(1.844)
Outros	(3.498)	(1.941)	(8.010)	(2.387)
	<u>(47.475)</u>	<u>(43.367)</u>	<u>(67.103)</u>	<u>(54.853)</u>

As variações nas despesas financeiras observadas no período findo em 30 de setembro de 2012, comparativamente ao mesmo período de 2011, referem-se, principalmente, ao efeito da variação cambial sobre os passivos expostos em moeda estrangeira e a redução nos juros sobre os empréstimos através da troca de posições a taxas menores.

As despesas com operações de derivativos referem-se aos resultados com as operações de Swap, Contratos de câmbio a termo e Contratos de opções de dólar.

## 24 DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## (a) Conciliação da alíquota efetiva dos tributos

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011
Lucro antes dos tributos	47.747	34.408	51.477	35.284
Alíquota nominal dos tributos (IR e CS)	34%	34%	34%	34%
Despesa de IR e CS à alíquota básica	(16.234)	(11.699)	(17.502)	(11.997)
Efeito tributário de (adições) exclusões: Resultado de investimentos em controladas Itens permanentes, líquidos	2.326 (19)	2.293 (164)	(155)	1.551
Valor lançado ao resultado	(13.927)	(9.570)	(17.657)	(10.446)
Corrente			(1.746)	
Diferido	(13.927)	(9.570)	(15.911)	(10.446)
Valor lançado ao resultado	(13.927)	(9.570)	(17.657)	(10.446)

## (b) Demonstrativo da movimentação do IR e CS, líquido em 30 de setembro de 2012

	Controladora		
	Saldo em 2011	Movimento	Saldo em 2012
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	196.594	5.316	201.910
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	66.842	1.807	68.649
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 34%:			
Adições temporárias	5.993	(3.725)	2.268
Depreciação	(46.603)	(10.597)	(57.200)
Outras	2.756	(1.564)	1.192
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 9%:			
Provisões	1.423		1.423
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	(12.679)	(5.465)	(18.145)
IRPJ Diferido – ágio	69.547	(10.432)	59.115
CSLL Diferido – ágio	25.037	(3.756)	21.281
IRPJ Diferido - custo atribuído	(63.145)	2.882	(60.263)
CSLL Diferido - custo atribuído	(22.732)	1.037	(21.695)
3) Diferenças permanentes	8.707	(10.269)	1.562
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	62.870	(13.927)	48.943
Total do efeito de IR e CS no resultado		(13.927)	

	Consolidado		
	Saldo em 2011	Movimento	Saldo em 2012
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	200.352	3.093	203.445
Prejuízo fiscal EUA	8.900	(1.239)	7.661
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	71.591	568	72.159
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 34%:			
Adições temporárias	11.242	5.373	16.615
Depreciação	(62.184)	(14.971)	(77.155)
Outras	11.264	(4.633)	6.631
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 9%:			
Provisões	1.423		1.423
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	(13.362)	(4.838)	(18.200)
IRPJ Diferido – ágio	69.547	(10.432)	59.115
CSLL Diferido – ágio	25.037	(3.756)	21.281
IRPJ Diferido - custo atribuído	(63.145)	2.882	(60.263)
CSLL Diferido - custo atribuído	(22.732)	1.037	(21.695)
3) Diferenças permanentes	8.707	(10.269)	(1.562)
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	66.936	(14.539)	52.397
Diferenças permanentes/temporárias controladas (Passivo)		(3.118)	
Total do efeito de IR e CS no resultado		(17.657)	

## 25 PLANO DE PREVIDÊNCIA

Em dezembro de 2009, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, denominado ProvidenciaPrev, cujas contribuições são feitas mensalmente de forma voluntária pelos participantes e, também, pela Companhia de acordo com faixas salariais, divididos em dois grupos, levando em consideração o valor de contribuição máximo exigido pela Previdência Social.

A Companhia como patrocinadora não assume responsabilidade financeira pelo custo dos serviços passados.

No primeiro grupo participam todos os empregados com salário nominal acima do teto máximo da tabela da Previdência Social, onde a Companhia efetua contribuições básicas em nome do participante no valor de 100% da contribuição básica do mesmo, a título de contrapartida de suas contribuições.

O segundo grupo é formado pelos demais empregados onde a contribuição da Companhia ocorrerá na data da elegibilidade ao benefício, equivalente a três vezes o salário do participante.

O montante das contribuições da Companhia e suas controladas efetuadas no período findo em 30 de setembro de 2012 totalizou R\$ 275 (R\$ 348, comparativamente ao mesmo período de 2011), tendo sido reconhecido no resultado na rubrica gastos com pessoal.

## 26 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas, Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. e Providencia USA Inc. adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são cotadas com diversas seguradoras, estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas realizam o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam apólices de seguro contratadas para cobertura das seguintes modalidades e montantes:

Ramo	Importâncias seguradas	
	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011
Patrimonial		
Riscos Nomeados e Operações e Lucros Cessantes	546.362	200.000
Responsabilidade Civil Geral		
Estabelecimentos Comerciais	173.833	37.440
Responsabilidade Civil		
D&O	20.000	17.000
Transporte Internacional		
Importação e Exportação	6.831	6.831
Riscos de Engenharia	209.160	150.000
Total	<u>956.186</u>	<u>411.271</u>

As coberturas de seguros são:

- Seguro patrimonial (unidades fabris) - garante indenização por danos elétricos, incêndio, lucros cessantes, quebra de máquinas, roubo/furto qualificado de bens e vendaval, furacão, ciclone, tornado, impacto de veículo terrestre e queda de aeronave. Agrega seguro de empilhadeiras e veículos que garante indenização por perdas e danos materiais sobre os referidos bens;
- Seguro de responsabilidade civil geral sobre produtos fabricados e operações internas, assim como empregador e riscos contingentes de veículos motorizados;
- Seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O);

- Seguro de transporte - garante todos e quaisquer bens e/ou mercadorias/matéria-prima, inerentes ao ramo de atividade e transportados sob sua responsabilidade; e,
- Seguro garantia - garante, caso necessário a utilização, obrigações assumidas pela Companhia junto a diversos órgãos e entidades públicas e privadas no âmbito de adiantamento de pagamento, executante construtor, fornecedor ou prestador de serviço, licitante, perfeito funcionamento e retenção de pagamento.

Os acréscimos observados nas importâncias seguradas se referem basicamente à inclusão da nova máquina na planta de Pouso Alegre e também devido ao trabalho realizado pela Administração visando aumentar as importâncias seguradas sem acréscimo no valor do custo dos seguros.

A Companhia também contrata seguros específicos para atividades esporádicas. No ano de 2010 a Companhia contratou junto a diversas seguradoras, com vigência 2011/2012, Seguro de Risco de Engenharia destinado a cobrir possíveis sinistro de descarga e montagem de máquinas laminadora e impressoras adquiridas.

## 27 Partes relacionadas

### (a) Controladora

	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Aplicações financeiras	6.933	6.676
Contrato de opção de dólar (Call-compra)		959
Isofilme Ind. E Com. Plásticos Ltda.		
Contrato de mútuo (a)	14.859	
Providencia USA Inc.		
Contrato de mútuo (b)		9.486
Contas a receber		1.224
	<u>21.792</u>	<u>18.345</u>
Passivo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Swap de taxa de juros LIBOR6 flutuante x pré-fixada	230	384
	<u>230</u>	<u>384</u>

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Receitas		Despesas	
	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011
Juros sobre contratos de mútuo				
Companhia Providência Indústria e Comércio	475			
Providencia USA Inc.			110	
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.			365	
Variação cambial				
Companhia Providência Indústria e Comércio	2.551			
Providencia USA Inc.			2.551	
Venda de produtos				
Companhia Providência Indústria e Comércio	1.224			
Compra de produtos				
Providencia USA Inc.			1.224	
Aplicações financeiras e derivativos				
Banco Espírito Santo S.A.	467		16	
	<u>4.717</u>		<u>4.266</u>	

- (a) Em 10 de janeiro, 13 e 22 de fevereiro de 2012, foram firmados contratos de mútuo no montante total de R\$ 5.000 com a controlada Isofilme, com vencimentos para 10 de janeiro, 13 e 22 de fevereiro de 2013. A taxa de correção é de 102% do CDI;

Em 10 de julho, 10, 16, 30 de agosto e 10 de setembro de 2012 foram firmados contratos de mútuo no montante total de R\$ 9.550 com a controlada Isofilme, com vencimentos para 10 de julho, 10, 16, 30 de agosto e 10 de setembro de 2013. A taxa de correção é de 102% do CDI.

- (b) Em 14 de setembro de 2011, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.000 (R\$ 9.486) com a Providencia USA Inc., com vencimento para 13 de setembro de 2012. A taxa de correção é de LIBOR + 3% a.a.;

Em 03 de abril e 15 de junho de 2012, foram firmados contratos de mútuo no valor US\$ 5.000 (R\$ 9.157) e US\$ 3.000 (R\$ 6.207), respectivamente, com a Providencia USA Inc., com vencimentos para 02 de abril e 14 de junho de 2013. A taxa de correção é de LIBOR + 3% a.a.;

Em 03, 27 de Julho e 31 de agosto de 2012 todos os contratos de mútuo com a Providencia USA Inc. foram liquidados.

#### Remuneração global dos administradores

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de março de 2012, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, no valor global e anual de até R\$ 6.700, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 10, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia.

Conforme divulgação requerida pelo CPC 5 - Divulgações sobre Partes Relacionadas, foram registradas, no período findo em 30 de setembro de 2012, despesas com remuneração dos membros chaves da Administração conforme apresentado a seguir:

	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011
Remuneração	5.025	4.250
Remuneração baseada em ações	602	58
	<u>5.627</u>	<u>4.308</u>

#### 28 TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA

Até o terceiro trimestre de 2012 as controladas efetuaram captações de empréstimos no montante de R\$ 96.407, os quais foram utilizados para a compra de ativo imobilizado.

No terceiro trimestre de 2012 realizou-se receita de variação cambial sobre o processo de importação da nova máquina de Pouso Alegre no montante de R\$ 5.179.

#### 29 COMPROMISSOS

A controlada Isofilme possui contrato de locação de imóvel para o qual tem o compromisso mensal de R\$ 85.

#### 30 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião realizada em 25 de outubro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o pagamento antecipado de dividendos equivalentes a 100% do lucro líquido ajustado relativo às demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2012 no montante de R\$ 19.273, o qual será pago aos acionistas no dia 26 de novembro de 2012.

## EBITDA atinge recorde de R\$ 36,1 milhões, um acréscimo de 14,0% em relação ao 3T11 e 28,1% comparado ao 2T12

São José dos Pinhais, 07 de novembro de 2012 - A Companhia Providência Indústria e Comércio - Providência [Bovespa: PRVI3], líder na fabricação e comercialização de nãotecidos no Brasil, com significativa presença nas Américas e atuação global, anuncia hoje seus resultados do terceiro trimestre de 2012 (3T12). A Companhia informa que os números aqui apresentados contemplam as subsidiárias Providencia USA Inc., e Isofilme. Os períodos aqui comparados já contemplam os ajustes da Lei Contábil 11.638/07 e ajustes para a convergência do IFRS (*International Financial Reporting Standards*).

### Destaques do 3º Trimestre de 2012

- ▣ O Volume de Vendas somou **26,1 mil toneladas** no 3T12, um crescimento de 14,6% em relação ao ano anterior. Esse acréscimo é reflexo tanto da plena capacidade em que opera nossa 1ª linha de produção nos EUA quanto do início das vendas da 2ª linha de produção na planta de Pouso Alegre (MG), inaugurada em junho/12;
- ▣ A **Receita Líquida** atingiu **R\$ 166,7 milhões** no trimestre, **16,8% mais que no mesmo período do ano anterior**, em função do aumento no volume de vendas e do melhor mix de produtos;
- ▣ O **Lucro Bruto** alcançou **R\$ 52,4 milhões** no 3T12, **R\$ 5,4 milhões acima** do mesmo período do ano anterior, **crescimento de 11,5%**;
- ▣ O **EBITDA Ajustado** atingiu **R\$ 36,1 milhões** no 3T12, **um crescimento de 14,0%** em relação ao mesmo período do ano anterior. O EBITDA Ajustado é recorde em um único trimestre;
- ▣ O **Lucro Líquido** totalizou **R\$ 18,9 milhões** no 3T12, **23,1% superior ao mesmo período do ano anterior**. **No acumulado de janeiro a setembro atingimos R\$ 33,8 milhões, 36,2% superior ao do mesmo período de 2011.**

Destaques Operacionais e Financeiros (R\$ mil)	3T12	3T11	Var. 3T12 / 3T11	2T12	Var. 3T12 / 2T12	AC12	AC11	Var. AC12 / AC11
Volume	26.060	22.742	14,6%	24.577	6,0%	73.742	64.777	13,8%
<b>Receita Líquida</b>	<b>166.728</b>	<b>142.697</b>	<b>16,8%</b>	<b>151.046</b>	<b>10,4%</b>	<b>457.197</b>	<b>384.614</b>	<b>18,9%</b>
Lucro Bruto	52.379	46.971	11,5%	42.944	22,0%	138.174	115.277	19,9%
<i>Margem Bruta</i>	<i>31,4%</i>	<i>32,9%</i>	<i>-1,5 p.p.</i>	<i>28,4%</i>	<i>3,0 p.p.</i>	<i>30,2%</i>	<i>30,0%</i>	<i>0,2 p.p.</i>
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>36.120</b>	<b>31.682</b>	<b>14,0%</b>	<b>28.196</b>	<b>28,1%</b>	<b>93.240</b>	<b>69.615</b>	<b>33,9%</b>
<i>Margem EBITDA Ajustado</i>	<i>21,7%</i>	<i>22,2%</i>	<i>-0,5 p.p.</i>	<i>18,7%</i>	<i>3,0 p.p.</i>	<i>20,4%</i>	<i>18,1%</i>	<i>2,3 p.p.</i>
<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>18.925</b>	<b>15.368</b>	<b>23,1%</b>	<b>7.840</b>	<b>141,4%</b>	<b>33.820</b>	<b>24.838</b>	<b>36,2%</b>
<i>Margem Líquida</i>	<i>11,4%</i>	<i>10,8%</i>	<i>0,6 p.p.</i>	<i>5,2%</i>	<i>6,2 p.p.</i>	<i>7,4%</i>	<i>6,5%</i>	<i>0,9 p.p.</i>
Lucro por ação	0,23644	0,19200	23,1%	0,09795	141,4%	0,42253	0,31032	36,2%
<i>Endividamento Líquido</i>	<i>449.954</i>	<i>304.505</i>	<i>47,8%</i>	<i>403.108</i>	<i>11,6%</i>	<i>449.954</i>	<i>304.505</i>	<i>47,8%</i>
<i>Dívida líquida / EBITDA</i>	<i>3,7</i>	<i>3,4</i>	<i>8,2%</i>	<i>3,4</i>	<i>8,2%</i>	<i>3,7</i>	<i>3,4</i>	<i>8,2%</i>
<i>Dívida líquida / EBITDA Sem as Linhas que entram em 2012 *</i>	<i>2,3</i>	<i>2,8</i>	<i>-18,1%</i>	<i>2,4</i>	<i>-5,0%</i>	<i>2,3</i>	<i>2,8</i>	<i>-18,1%</i>

\* Excluídos os números referente à 12ª máquina (Pouso Alegre) e à 13ª máquina (Statesville).

\* AC = janeiro a setembro

## Comentários Administração

Apresentamos aos nossos acionistas e ao mercado em geral as demonstrações financeiras referentes ao 3T12.

A Receita Líquida atingiu R\$ 166,7 milhões no 3T12, um crescimento de 16,8% em relação ao 3T11 e de 10,4% em relação ao 2T12. O aumento deve-se preponderantemente à elevação do Volume de Vendas que atingiu 26.060 toneladas no trimestre, bem como à elevada utilização da capacidade de produção, representando crescimento de 14,6% em comparação com o 3T11. Nossa 2ª linha de produção na unidade de Pouso Alegre (MG), inaugurada em junho último, está em linha com a rampa de crescimento projetada.

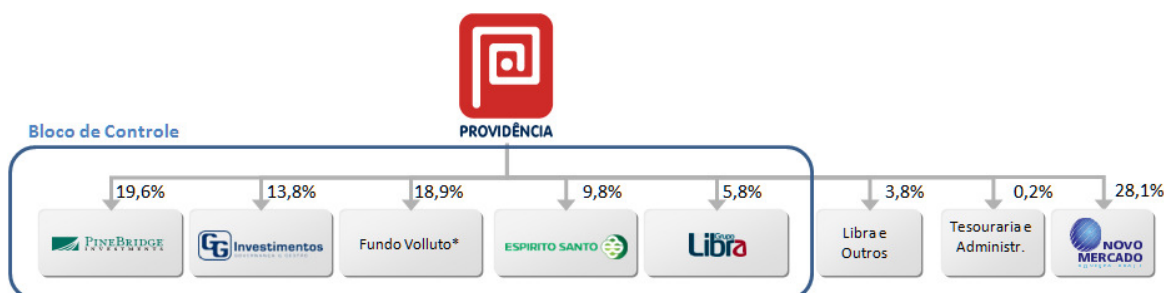
O EBITDA Ajustado atingiu no 3T12 R\$ 36,1 milhões, correspondendo a 14,0% de acréscimo em comparação ao 3T11. A Margem EBITDA Ajustada totalizou 21,7%, 0,5 p.p. inferior ao 3T11. Neste trimestre, o Lucro Líquido da Companhia totalizou R\$ 18,9 milhões, 23,1% superior ao 3T11, e 141,4% superior ao 2T12.

Alguns dos destaques são:

- A evolução, dentro do cronograma previsto, do projeto de expansão em Statesville (NC) nos Estados Unidos, que estará concluído no final do ano de 2012. Essa é a nossa 13ª linha de produção, e aumentará a capacidade em 20 mil toneladas por ano, dobrando a capacidade de produção da Companhia nos EUA;
- A Companhia Providência chegará ao final de 2012 com uma capacidade instalada de 140 mil toneladas/ano, reafirmando-se como um dos maiores e mais modernos *players* da indústria mundial de nãotecidos.

## Composição Acionária

Em 30 de setembro de 2012, a composição acionária da Companhia Providência era a seguinte:



\*Nomenclatura do Fundo ASAS foi alterada para Fundo Volluto

## Desempenho Operacional

Neste trimestre a Companhia apresentou um aumento no Volume de Vendas de 14,6% na comparação com o mesmo período de 2011.

As vendas de nãotecidos mostraram um acréscimo de 11,6% em relação ao registrado no 3T11, e de 5,9% em relação ao 2T12.

Volume de Vendas	3T12	3T11	Var. 3T12 / 3T11	2T12	Var. 3T12 / 2T12	AC12	AC11	Var. AC12 / AC11
Nãotecidos	23.603	21.157	11,6%	22.297	5,9%	67.245	59.653	12,7%
Outros	2.457	1.585	55,0%	2.280	7,8%	6.497	5.124	26,8%
<b>Total</b>	<b>26.060</b>	<b>22.742</b>	<b>14,6%</b>	<b>24.577</b>	<b>6,0%</b>	<b>73.742</b>	<b>64.777</b>	<b>13,8%</b>

\* AC = janeiro a setembro

## Desempenho Financeiro

### Receita Bruta

A Receita Bruta totalizou R\$ 193,0 milhões no 3T12, um aumento de 15,0% em relação aos R\$ 167,8 milhões registrados no 3T11. No comparativo com o 2T12 houve aumento de 11,2%.

Estas variações se deram, principalmente, em função do aumento do Volume de Vendas, realinhamento de preços e à desvalorização do Real frente ao Dólar.

Receita Bruta	(R\$ mil)	3T12	3T11	Var. 3T12 / 3T11	2T12	Var. 3T12 / 2T12	AC12	AC11	Var. AC12 / AC11
Não tecidos		189.224	165.298	14,5%	170.017	11,3%	516.846	445.313	16,1%
Outras		3.792	2.546	48,9%	3.497	8,4%	9.679	8.022	20,7%
<b>Receita Bruta Total</b>		<b>193.016</b>	<b>167.844</b>	<b>15,0%</b>	<b>173.514</b>	<b>11,2%</b>	<b>526.525</b>	<b>453.335</b>	<b>16,1%</b>

\* AC = janeiro a setembro

## Demonstração de Resultados Companhia Providência – Consolidado

Demonstração do Resultado	(R\$ mil)	3T12	3T11	Var. 3T12 / 3T11	2T12	Var. 3T12 / 2T12	AC12	AC11	Var. AC12 / AC11
<b>Receita bruta de vendas</b>		<b>193.016</b>	<b>167.844</b>	<b>15,0%</b>	<b>173.514</b>	<b>11,2%</b>	<b>526.525</b>	<b>453.335</b>	<b>16,1%</b>
Impostos sobre vendas		(21.149)	(18.700)	13,1%	(18.100)	16,8%	(55.703)	(50.416)	10,5%
Devoluções de vendas		(5.139)	(6.447)	-20,3%	(4.368)	17,7%	(13.625)	(18.305)	-25,6%
<b>Deduções de vendas</b>		<b>(26.288)</b>	<b>(25.147)</b>	<b>4,5%</b>	<b>(22.468)</b>	<b>17,0%</b>	<b>(69.328)</b>	<b>(68.721)</b>	<b>0,9%</b>
<b>Receita líquida das vendas</b>		<b>166.728</b>	<b>142.697</b>	<b>16,8%</b>	<b>151.046</b>	<b>10,4%</b>	<b>457.197</b>	<b>384.614</b>	<b>18,9%</b>
Custo dos produtos vendidos		(114.349)	(95.726)	19,5%	(108.102)	5,8%	(319.023)	(269.337)	18,4%
<b>Lucro bruto</b>		<b>52.379</b>	<b>46.971</b>	<b>11,5%</b>	<b>42.944</b>	<b>22,0%</b>	<b>138.174</b>	<b>115.277</b>	<b>19,9%</b>
Despesas com vendas		(9.206)	(9.982)	-7,8%	(7.381)	24,7%	(25.996)	(29.538)	-12,0%
Despesas administrativas		(16.347)	(14.331)	14,1%	(17.391)	-6,0%	(47.203)	(44.398)	6,3%
Outras Receitas Operacionais líquidas		67	830	-91,9%	160	-58,1%	442	2.477	-82,2%
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(25.486)</b>	<b>(23.483)</b>	<b>8,5%</b>	<b>(24.612)</b>	<b>3,6%</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(71.459)</b>	<b>1,8%</b>
Receitas financeiras		17.870	25.411	-29,7%	22.431	-20,3%	53.163	43.319	22,7%
Despesas financeiras		(16.006)	(25.071)	-36,2%	(28.887)	-44,6%	(67.103)	(51.853)	29,4%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>1.864</b>	<b>340</b>	<b>448,2%</b>	<b>(6.456)</b>	<b>-128,9%</b>	<b>(13.940)</b>	<b>(8.534)</b>	<b>63,3%</b>
<b>Lucro operacional</b>		<b>28.757</b>	<b>23.828</b>	<b>20,7%</b>	<b>11.876</b>	<b>142,1%</b>	<b>51.477</b>	<b>35.284</b>	<b>45,9%</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>28.757</b>	<b>23.828</b>	<b>20,7%</b>	<b>11.876</b>	<b>142,1%</b>	<b>51.477</b>	<b>35.284</b>	<b>45,9%</b>
Imposto de renda e contribuição social		(1.746)	(684)	155,3%	-	n.m.	(1.746)	(1.970)	-11,4%
IR/CSLL Diferido		(8.086)	(7.776)	4,0%	(4.036)	100,3%	(15.911)	(8.476)	87,7%
<b>Lucro Líquido</b>		<b>18.925</b>	<b>15.368</b>	<b>23,1%</b>	<b>7.840</b>	<b>141,4%</b>	<b>33.820</b>	<b>24.838</b>	<b>36,2%</b>

\* AC = janeiro a setembro

## Receita Líquida

A Receita Líquida alcançou R\$ 166,7 milhões no 3T12, apresentando um acréscimo de 16,8% quando comparado com o 3T11. Este crescimento está relacionado, principalmente, ao aumento do Volume de Vendas e realinhamento de preços, além da desvalorização do Real frente ao Dólar. Comparando com o 2T12, observa-se um crescimento de 10,4%.

## Custos dos Produtos Vendidos

Os Custos com Produtos Vendidos (CPV) totalizaram R\$ 114,3 milhões no 3T12, um acréscimo de 19,5% se comparado com os R\$ 95,7 milhões registrados no 3T11. Este incremento está ligado, principalmente, ao maior Volume de Vendas no 3T12, uma vez que o CPV unitário apresentou incremento de apenas 4,2% em relação ao 3T11.

## Receitas / (Despesas) Operacionais

As Despesas e Receitas Operacionais no 3T12 totalizaram R\$ 25,5 milhões, um acréscimo de 8,5% se comparadas com os R\$ 23,5 milhões no 3T11, e de 3,6% em relação aos R\$ 24,6 milhões no 2T12.

(Despesas) Receitas Operacionais (R\$ mil)	3T12	3T11	Var. 3T12 / 3T11	2T12	Var. 3T12 / 2T12	AC12	AC11	Var. AC12 / AC11
<b>(Despesas) Receitas Operacionais</b>	<b>(25.486)</b>	<b>(23.483)</b>	<b>8,5%</b>	<b>(24.612)</b>	<b>3,6%</b>	<b>(72.757)</b>	<b>(71.459)</b>	<b>1,8%</b>
Com vendas	(9.206)	(9.982)	-7,8%	(7.381)	24,7%	(25.996)	(29.538)	-12,0%
Administrativas	(16.347)	(14.331)	14,1%	(17.391)	-6,0%	(47.203)	(44.398)	6,3%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	67	830	-91,9%	160	-58,1%	442	2.477	-82,2%
<b>% da Receita Líquida</b>	<b>15,3%</b>	<b>16,5%</b>	<b>-1,2 p.p.</b>	<b>16,3%</b>	<b>-1,0 p.p.</b>	<b>15,9%</b>	<b>18,6%</b>	<b>-2,7 p.p.</b>

\* AC = janeiro a setembro

## Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas totalizaram R\$ 9,2 milhões no 3T12, uma queda de 7,8% quando comparadas com os R\$ 10,0 milhões apresentados no 3T11 e acréscimo de 24,7% em relação aos R\$ 7,4 milhões do 2T12. A variação em relação ao 3T11 está ligada, principalmente, à mudança no mix de vendas do mercado externo para o mercado interno onde os custos logísticos são inferiores, já em relação ao 2T12 o aumento está diretamente relacionado ao maior Volume de Vendas.

## Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas atingiram R\$ 16,3 milhões no 3T12, 14,1% acima do montante registrado no 3T11 e 6,0% abaixo do montante do 2T12. Este acréscimo em relação ao 3T11 está relacionado ao incremento nas despesas da unidade de Pouso Alegre (MG) em função da nova máquina, que até o 2T12 estava em fase pré-operacional e ao reajuste anual de salários (dissídio da classe) em setembro/12.

## Outras receitas/despesas operacionais líquidas

No 3T12, obtivemos uma receita de R\$ 0,1 milhão, correspondente a reversão de provisões, resultado de venda de imobilizados e recuperação de despesas.

## Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido no 3T12 foi positivo em R\$ 1,9 milhão. A variação observada, se compararmos com o Resultado Financeiro Líquido no 3T11, que foi positivo em R\$ 0,3 milhão, está diretamente relacionado às variações cambiais ocorridas sobre os ativos e passivos em moeda estrangeira. Comparando com o 2T12, as variações cambiais também tiveram impacto direto tanto nas receitas, efeito positivo através da carteira de clientes em moeda estrangeira, como nas despesas financeiras, efeito negativo sobre o endividamento em moeda estrangeira. O reflexo das atuais oscilações nas cotações da moeda norte americana sobre nosso endividamento é parcialmente reduzido pela nossa carteira de clientes em moeda estrangeira.

A Companhia também conta com uma Política de Hedge, onde as operações são revistas mensalmente pelo Comitê de Gestão de Riscos, como forma de proteção às oscilações cambiais.

#### *Receitas Financeiras*

As Receitas Financeiras alcançaram R\$ 17,9 milhões no 3T12, uma redução de 29,7% em relação aos R\$ 25,4 milhões do 3T11, devido às variações cambiais sobre os ativos em moeda estrangeira.

#### *Despesas Financeiras*

As Despesas Financeiras atingiram R\$ 16,0 milhões no 3T12, apresentando redução de R\$ 9,1 milhões, comparativamente aos R\$ 25,1 milhões relativos ao 3T11. Em relação ao 2T12, houve redução de R\$ 12,9 milhões. Tais oscilações estão diretamente ligadas às variações cambiais ocorridas nestes períodos.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

No 3T12 registramos despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$ 1,7 milhão.

Em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido houve acréscimo, se compararmos o 3T12 com os outros períodos, devido principalmente a movimentos nas diferenças permanentes e temporárias utilizadas na apuração dos tributos diferidos.

### **Lucro Líquido**

O Lucro Líquido do trimestre aumentou 23,1% na comparação com o 3T11, e 141,4% em relação ao 2T12 totalizando R\$ 18,9 milhões, entretanto a **base de cálculo dos dividendos ajustada do trimestre (lucros acumulados)** atingiu R\$ 21,5 milhões, pois acrescenta a realização do custo atribuído no trimestre, líquida de impostos.

## EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA Ajustado no 3T12 atingiu R\$ 36,1 milhões, um acréscimo de 14,0% quando comparado com os R\$ 31,7 milhões registrados no 3T11. Em relação ao 2T12, o acréscimo foi de 28,1%.

Reconciliação do EBITDA (R\$ mil)	3T12	3T11	Var. 3T12 / 3T11	2T12	Var. 3T12 / 2T12	AC12	AC11	Var. AC12 / AC11
<b>Lucro Líquido (prejuízo)</b>	<b>18.925</b>	<b>15.368</b>	<b>23,1%</b>	<b>7.840</b>	<b>141,4%</b>	<b>33.820</b>	<b>24.838</b>	<b>36,2%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.832	8.460	16,2%	4.036	143,6%	17.657	10.446	69,0%
Despesas financeiras, líquidas	(1.864)	(340)	448,2%	6.456	-128,9%	13.940	8.534	63,3%
Depreciação e amortização	9.011	8.469	6,4%	8.919	1,0%	26.640	23.660	12,6%
Outras receitas (despesas)	48	47	2,1%	71	-32,4%	141	52	171,2%
<b>EBITDA</b>	<b>35.952</b>	<b>32.004</b>	<b>12,3%</b>	<b>27.322</b>	<b>31,6%</b>	<b>92.198</b>	<b>67.530</b>	<b>36,5%</b>
Margem EBITDA	21,6%	22,4%	-0,9 p.p.	18,1%	3,5 p.p.	20,2%	17,6%	2,6 p.p.
Despesas (receitas) não recorrentes líquidas <sup>1</sup>	168	(322)	-	874	-80,8%	1.042	2.085	-50,0%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>36.120</b>	<b>31.682</b>	<b>14,0%</b>	<b>28.196</b>	<b>28,1%</b>	<b>93.240</b>	<b>69.615</b>	<b>33,9%</b>
Margem EBITDA Ajustado %	21,7%	22,2%	-0,5 p.p.	18,7%	3,0 p.p.	20,4%	18,1%	2,3 p.p.

\* AC = janeiro a setembro

<sup>1</sup> Honorários decorrentes do recebimentos de créditos tributários

## Visão Gerencial de Nãootecidos

Nãotecidos (R\$ mil)	3T12	3T11	Var. 3T12 / 3T11	2T12	Var. 3T12 / 2T12	AC12	AC11	Var. AC12 / AC11
Volume	23.603	21.157	11,6%	22.297	5,9%	67.245	59.653	12,7%
Receita líquida de vendas	163.149	139.879	16,6%	147.338	10,7%	446.881	376.718	18,6%
Custos Variáveis	(107.645)	(90.095)	19,5%	(98.427)	9,4%	(295.138)	(255.333)	15,6%
Margem	55.504	49.784	11,5%	48.911	13,5%	151.743	121.385	25,0%
Custos Fixos	(19.384)	(18.102)	7,1%	(20.715)	-6,4%	(58.503)	(51.770)	13,0%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>36.120</b>	<b>31.682</b>	<b>14,0%</b>	<b>28.196</b>	<b>28,1%</b>	<b>93.240</b>	<b>69.615</b>	<b>33,9%</b>
Margem EBITDA Ajustado %	22,1%	22,6%	-0,5 p.p.	19,1%	3,0 p.p.	20,9%	18,5%	2,4 p.p.

\* AC = janeiro a setembro

A Receita Líquida totalizou R\$ 163,1 milhões no 3T12, acréscimo de 16,6% em relação ao 3T11, e acréscimo de 10,7% em relação ao 2T12, devido ao volume de vendas, melhoria do mix de produtos, realinhamento de preços e efeito câmbio.

O Custo Variável aumentou 19,5% no 3T12 comparativamente ao resultado do 3T11. Tais variações se devem, principalmente, ao maior volume de vendas.

O acréscimo nos custos fixos do 3T12 e do 2T12 em relação ao 3T11 está relacionado à entrada em operação da nova máquina em Pouso Alegre (MG) e dos reajustes salariais nas datas bases que ocorrem no segundo semestre.

O EBITDA Ajustado fechou o 3T12 em R\$ 36,1 milhões, com margem de 22,1%, resultando em uma redução de margem de 0,5 ponto percentual em relação ao 3T11.

## Endividamento

Endividamento	(R\$ mil)	3T12	3T11	Var. 3T12 / 3T11	2T12	Var. 3T12 / 2T12
Curto Prazo		126.988	312.817	-59,4%	117.682	7,9%
Longo Prazo		428.461	314.659	36,2%	349.161	22,7%
<b>Total Dívida</b>		<b>555.449</b>	<b>627.476</b>	<b>-11,5%</b>	<b>466.843</b>	<b>19,0%</b>
(-) Caixa e Aplicação Financeira		105.495	322.971	-67,3%	63.735	65,5%
<b>(=) Dívida Líquida</b>		<b>449.954</b>	<b>304.505</b>	<b>47,8%</b>	<b>403.108</b>	<b>11,6%</b>

A Dívida Líquida aumentou 47,8% em relação ao 3T11, em função dos novos investimentos que entram em operação em 2012. A maior parte dos financiamentos das novas linhas já está captada, existe uma tendência de redução da Dívida.

A Dívida Total teve aumento de 19,0% no 3T12, quando comparamos com o 2T12, também devido aos financiamentos para os novos investimentos.

A Companhia possui 30,5% de seu endividamento baseado em moeda local (parte em US\$, porém com hedge para CDI) e 69,5% em moeda estrangeira, principalmente tomada nos EUA com hedge natural em função da receita e ativos naquele país.

## Investimentos

Os Investimentos são principalmente orientados para manutenção e pela estratégia de crescimento, modernização e aumento da capacidade produtiva do parque industrial. Ao longo do 3T12 destacamos os seguintes investimentos:

CAPEX	(R\$ mil)	3T12	3T11	Var. 3T12 / 3T11	2T12	Var. 3T12 / 2T12	AC12	AC11	Var. AC12 / AC11
Máquinas de Nãotecidos		77.380	13.128	489,4%	11.903	550,1%	141.966	46.419	205,8%
Obras e Construções		3.952	276	1331,9%	5.387	-26,6%	13.648	2.922	367,1%
Equipamentos de Informática		-	25	-100,0%	34	-100,0%	34	428	-92,1%
Móveis e Utensílios		8	162	-95,1%	1	700,0%	9	362	-97,5%
Tecnologia da Informação		309	336	-8,0%	14	2107,1%	1.287	1.835	-29,9%
<b>Total de Aquisições</b>		<b>81.649</b>	<b>13.927</b>	<b>486,3%</b>	<b>17.339</b>	<b>370,9%</b>	<b>156.944</b>	<b>51.966</b>	<b>202,0%</b>

\* AC = janeiro a setembro

Os valores em “Máquinas de Nãotecidos” e “Obras e Construções” referem-se, basicamente, aos investimentos nas novas máquinas que entram em operação em 2012 (EUA e Brasil). O CAPEX para novos investimentos em 2012 foi preponderantemente realizado até o 3T12.

## Mercado de Capitais

Cotações e Volumes Negociados - em R\$	3T12	3T11	Var. 3T12/ 3T11	2T12	Var. 3T12/ 2T12
Cotação no final do período - PRVI3	6,85	5,80	18,1%	6,30	8,7%
Cotação no final do período - IBOVESPA	59.176	52.324	13,1%	54.354	8,9%
Volume Médio Diário Negociado - PRVI3	369.138	265.654	39,0%	204.074	80,9%
Volume Total Negociado no Período - PRVI3	23.255.690	17.267.534	34,7%	12.652.617	83,8%

## Perspectivas

- ▣ A meta é de que a 2ª linha de produção em Pouso Alegre (MG) – 12ª da Companhia – inaugurada em junho/12, atinja a plena capacidade no final de 2012, com conseqüente aumento do Volume de Vendas. Essa unidade acrescenta 20 mil toneladas por ano à capacidade da Companhia e produz principalmente descartáveis higiênicos;
- ▣ Dentro do cronograma previsto, concluiremos a 13ª linha de produção - segunda em Statesville (NC) nos Estados Unidos – no final de 2012, aumentando de 20 mil para 40 mil toneladas/ano a capacidade de produção naquele país;
- ▣ A Companhia Providência encerrará 2012 com uma capacidade instalada de 140 mil toneladas/ano, reafirmando-se como um dos maiores e mais modernos *players* da indústria de nãotecidos mundial.

## Fluxo de Caixa Companhia Providência – Consolidado

Demonstrativo do Fluxo de Caixa	(R\$ mil)	AC12	AC11	Var. AC12 / AC11
<b>Da atividade operacional</b>				
Lucro líquido do exercício		33.820	24.838	36,2%
Depreciação do imobilizado		23.746	21.169	12,2%
Amortização do intangível		2.924	2.492	17,3%
Pagamento baseado em ações		602	55	1194,5%
Juros e variações monetárias		15.322	18.572	-17,5%
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos		15.663	8.363	87,3%
Perdas de valores ativos		789	402	96,3%
(Acréscimo) decréscimo de clientes		10.607	(30.887)	-134,3%
(Acréscimo) decréscimo de estoques		5.318	(14.733)	-136,1%
Decréscimo de impostos a recuperar		6.877	16.478	-58,3%
Acréscimo (decréscimo) de outros direitos realizáveis		6.286	(8.166)	-177,0%
Acréscimo (Decréscimo) de fornecedores		(3.909)	15.401	-125,4%
Acréscimo de encargos sociais e provisões trabalhistas		1.472	2.184	-32,6%
Acréscimo de impostos, taxas e contribuições		3.680	3.140	17,2%
Decréscimo de outras exigibilidades		(2.739)	(874)	213,4%
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(1.510)	(1.293)	16,8%
<b>Total dos recursos gerados pela atividade operacional</b>		<b>118.948</b>	<b>57.141</b>	<b>108,2%</b>
<b>Da atividade de investimento</b>				
Imobilizado		(155.656)	(50.132)	210,5%
Intangível		(1.288)	(1.834)	-29,8%
Valor residual do ativo permanente baixado		26	60	-56,7%
<b>Total dos recursos consumidos pela atividade de investimento</b>		<b>(156.918)</b>	<b>(51.906)</b>	<b>202,3%</b>
<b>Da atividade de financiamento</b>				
Captações de empréstimos/financ.		147.590	150.192	-1,7%
Pagtos de empréstimos/financ. - principal		(44.625)	(42.301)	5,5%
Pagtos de empréstimos/financ. - juros		(14.532)	(19.661)	-26,1%
Dividendos		(25.428)	(21.754)	16,9%
Recompra de Ações		-	(458)	n.m.
<b>Total dos recursos consumidos pela atividade de financiamento</b>		<b>63.005</b>	<b>66.018</b>	<b>-4,6%</b>
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(716)	2.578	-127,8%
<b>Fluxo de caixa líquido do período</b>		<b>24.319</b>	<b>73.831</b>	<b>-67,1%</b>
<b>Disponibilidades no início do período</b>		<b>81.176</b>	<b>249.140</b>	<b>-67,4%</b>
<b>Disponibilidades no final do período</b>		<b>105.495</b>	<b>322.971</b>	<b>-67,3%</b>
<b>Variação do período</b>		<b>24.319</b>	<b>73.831</b>	<b>-67,1%</b>

\* AC = janeiro a setembro

### Fluxo de Caixa

A Companhia registrou acréscimo no saldo de caixa de R\$ 24,3 milhões no final do período, após a movimentação de suas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos.

O efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa mantido em moeda estrangeira está sendo apresentado separadamente, de acordo com o item 28 do CPC 03, a fim de reconciliar os saldos no início e no fim do período. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira referem-se, em sua totalidade, à Providencia USA Inc.

Detalhes conforme abaixo:

#### **Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

A Companhia apresentou no AC12 uma geração de caixa operacional de R\$ 119,0 milhões, superior à obtida no AC11 em 108,0%. Esta geração deve-se, entre outros fatores, ao desempenho da planta nos Estados Unidos, a qual passou a gerar caixa operacional desde meados do segundo semestre de 2011 e ao sucesso no trabalho desenvolvido para redução da necessidade de capital de giro nas unidades localizadas no Brasil.

#### **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos**

O montante das atividades de investimentos somou R\$ 156,9 milhões, composto, preponderantemente, pelos investimentos nas novas máquinas no Brasil e nos Estados Unidos.

#### **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos**

No AC12 a variação nas atividades de financiamento foi positiva em R\$ 63,0 milhões, representada por: entrada de R\$ 147,5 milhões referente às captações para os financiamentos das máquinas no Brasil e nos Estados Unidos, saídas de R\$ 44,6 milhões referente ao pagamento de principal e R\$ 14,5 milhões referente ao pagamento de juros sobre a dívida no período. Também foram pagos R\$ 25,4 milhões referentes ao saldo dos dividendos do exercício de 2011.

## Balanco Patrimonial Companhia Providência - Consolidado

ATIVO	(R\$ mil)	3T12	3T11	Var. 3T12 / 3T11	2T12	Var. 3T12 / 2T12
Caixa e bancos		12.785	5.955	114,7%	8.039	59,0%
Aplicações financeiras		92.710	317.016	-70,8%	55.696	66,5%
Instrumentos financeiros derivativos		10.046	3.313	203,2%	6.648	51,1%
Contas a receber de clientes		148.349	163.412	-9,2%	141.525	4,8%
Estoques		44.833	51.617	-13,1%	46.916	-4,4%
Impostos a recuperar		40.804	29.447	38,6%	43.426	-6,0%
Outros direitos realizáveis		12.047	12.246	-1,6%	17.911	-32,7%
<b>CIRCULANTE</b>		<b>361.574</b>	<b>583.006</b>	<b>-38,0%</b>	<b>320.161</b>	<b>12,9%</b>
Contas a receber de clientes		4.464	4.843	-7,8%	4.042	10,4%
Impostos a recuperar RLP		21.920	34.247	-36,0%	23.907	-8,3%
IR/CSLL diferidos		52.397	68.918	-24,0%	58.372	-10,2%
Depósitos e cauções		65	44	47,7%	41	58,5%
Depósitos e empréstimos compulsórios		30	29	3,4%	29	3,4%
Outros direitos realizáveis		127	4.290	-97,0%	127	0,0%
Intangível		43.117	45.285	-4,8%	43.779	-1,5%
Imobilizado		831.628	661.603	25,7%	752.585	10,5%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>953.748</b>	<b>819.259</b>	<b>16,4%</b>	<b>882.882</b>	<b>8,0%</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>1.315.322</b>	<b>1.402.265</b>	<b>-6,2%</b>	<b>1.203.043</b>	<b>9,3%</b>

PASSIVO	(R\$ mil)	3T12	3T11	Var. 3T12 / 3T11	2T12	Var. 3T12 / 2T12
Fornecedores		31.346	43.032	-27,2%	32.894	-4,7%
Instrumentos financeiros derivativos		-	3.461	-100,0%	-	n.m.
Empréstimos e financiamentos		126.988	312.817	-59,4%	117.682	7,9%
Encargos sociais e provisões trabalhistas		10.090	8.741	15,4%	8.604	17,3%
Obrigações tributárias		4.110	4.221	-2,6%	1.651	148,9%
Provisão para contingências		362	330	9,7%	290	24,8%
Outras exigibilidades		3.194	4.904	-34,9%	3.065	4,2%
<b>CIRCULANTE</b>		<b>176.090</b>	<b>377.506</b>	<b>-53,4%</b>	<b>164.186</b>	<b>7,3%</b>
Empréstimos e Financiamentos		428.461	314.659	36,2%	349.161	22,7%
Provisão para contingências		195	277	-29,6%	265	-26,4%
Obrigações tributárias ELP		271	599	-54,8%	328	-17,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		12.485	10.303	21,2%	10.390	20,2%
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>441.412</b>	<b>325.838</b>	<b>35,5%</b>	<b>360.144</b>	<b>22,6%</b>
Capital social		409.003	409.003	n.m.	409.003	n.m.
Reserva de capital		11.666	10.758	8,4%	11.454	1,9%
Reserva de lucros		76.004	74.531	2,0%	76.004	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial		160.456	171.241	-6,3%	163.048	-1,6%
Ações em tesouraria		(813)	(458)	77,5%	(813)	n.m.
Lucros acumulados		41.504	33.846	22,6%	20.017	107,3%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>697.820</b>	<b>698.921</b>	<b>-0,2%</b>	<b>678.713</b>	<b>2,8%</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>1.315.322</b>	<b>1.402.265</b>	<b>-6,2%</b>	<b>1.203.043</b>	<b>9,3%</b>

## TELECONFERÊNCIAS

A Providência realizará os seguintes eventos para discussão dos resultados do terceiro trimestre de 2012:

### Teleconferência com *Webcast* (em português, com tradução simultânea para o inglês)

**Data:** 08 de novembro de 2012  
**Horário:** 12h00 (horário de Brasília)  
09h00 (horário de Nova York)  
14h00 (horário de Londres)  
**Telefone:** +55 (11) 4688 6361 para conexões no Brasil  
**Telefone:** +1 (786) 924 6977 para conexões nos Estados Unidos  
**Código:** Providência  
**Replay:** [www.providencia.com.br/ri](http://www.providencia.com.br/ri)  
**Webcast:** [www.providencia.com.br/ri](http://www.providencia.com.br/ri)

**Para Playback** (*Disponível do dia 08/11/2012 até 14/11/2012*)

**Senha:** 4935760# – versão em português  
**Senha:** 0638824# – versão em inglês  
**Telefone:** +55 (11) 4688-6312

Os *links* de acesso estarão disponíveis no *website* da Companhia ([www.providencia.com.br/ri](http://www.providencia.com.br/ri)), na seção de Relações com Investidores.

**Disclaimer:** Este comunicado contém considerações futuras referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento da Providência. Estas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Providência. Em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela Providência e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

## **RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Aos Administradores e Acionistas da  
Companhia Providência Indústria e Comércio  
São José dos Pinhais – PR

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Providência Indústria e Comércio (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board- IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

## Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período nove meses findo em 30 de setembro de 2012 preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 07 de novembro de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 24 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

Curitiba, 06 de novembro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Fernando de Souza Leite  
Auditores Independentes Contador  
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-PR CRC n.º 1 PR-050.422/O-3

## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao terceiro trimestre de 2012.

São Jose dos Pinhais, 07 de novembro de 2012

## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao terceiro trimestre de 2012.

São Jose dos Pinhais, 07 de novembro de 2012.